



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

BARBARA MARTINEZ FERNANDEZ

**CONTRIBUIÇÕES A UMA REFLEXÃO ACERCA DO TRABALHO
COM LENDAS DO FOLCLORE BRASILEIRO
NA EDUCAÇÃO FORMAL DE CRIANÇAS PEQUENAS**

BRASÍLIA
2013

BARBARA MARTINEZ FERNANDEZ

**CONTRIBUIÇÕES A UMA REFLEXÃO ACERCA DO TRABALHO
COM LENDAS DO FOLCLORE BRASILEIRO
NA EDUCAÇÃO FORMAL DE CRIANÇAS PEQUENAS**

Trabalho de conclusão de curso de
Pedagogia apresentado à Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília –
UnB, como requisito parcial para a
obtenção do grau de licenciado em
Pedagogia.

Orientadora: Dra. Maria Alexandra Militão Rodrigues

Brasília

2013

BARBARA MARTINEZ FERNANDEZ

**CONTRIBUIÇÕES A UMA REFLEXÃO ACERCA DO TRABALHO
COM LENDAS DO FOLCLORE BRASILEIRO
NA EDUCAÇÃO FORMAL DE CRIANÇAS PEQUENAS**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Banca Examinadora da
Faculdade de Educação da Universidade
de Brasília, sob orientação da professora
Doutora Maria Alexandra Militão
Rodrigues, como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia.

Brasília, 6 de dezembro de 2013

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Alexandra Militão Rodrigues
Orientadora

Dra. Simone Rodrigues do Amaral
Examinadora

Dra. Sônia Marise Salles Carvalho
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Vidal e Celice, que me proporcionaram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade. Vocês que se doaram por inteiro e renunciaram aos seus sonhos, para que, muitas vezes, eu pudesse realizar os meus. Sou o resultado da confiança de vocês.

À minha tia Josevane, minha primeira e maior professora, sempre muitíssimo solícita e prestativa. Sou eternamente grata a tudo que você me ensinou.

Ao meu namorado e amigo, Rogério, com quem compartilho os dias mais lindos da minha vida, com todo meu amor. Obrigada por me inspirar a ser uma pessoa melhor.

À minha amiga Helena com quem divido as angústias da vida e me deu forças no desenvolvimento desse trabalho. Obrigada por sempre torcer por mim e me incentivar a crescer.

Às minhas amigas educadoras, Marina, Laila, Fernanda, Camilla, Rayane, Thássia, Leilane e Mayra, sem vocês nada disso seria possível. Obrigada pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade.

À Professora Alexandra, minha companheira na orientação desta monografia, sempre muito paciente e cuidadosa, meu muito obrigada pela disponibilidade e pelas brilhantes contribuições.

Aos meus professores, em especial, Simone Amaral e Paulo Coelho, que muito contribuíram para o meu crescimento como pessoa ao me mostrarem novos mundos fascinantes através dos conhecimentos partilhados e pelos quais guardo imenso carinho.

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

Resumo

Referência: FERNANDEZ, Bárbara Martinez. **CONTRIBUIÇÕES A UMA REFLEXÃO ACERCA DO TRABALHO COM LENDAS DO FOLCLORE BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO FORMAL DE CRIANÇAS PEQUENAS**. 2013. 61 páginas. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2013

O trabalho propõe-se a refletir acerca da pertinência e das possibilidades de um trabalho com lendas do folclore brasileiro no contexto na educação formal de crianças pequenas. Para tal, discute conceitos de folclore baseados nas contribuições de Brandão (1984) e o histórico do surgimento de centros de estudos interessados na preservação deste enquanto patrimônio cultural, bem como disposições legais. Constrói um panorama das lendas populares no Brasil por meio de um mapeamento das suas manifestações mais significativas nas cinco maiores regiões do país. Busca-se entendimento teórico frente aos personagens que povoam o imaginário popular e debate-se as origens, interpretações e variações destes com o auxílio de estudiosos como Câmara Cascudo (2001). Abramovich (2001), Busatto (2011) e Gregorin Filho (2012) auxiliam a problematizar as práticas de leitura e contação de histórias em um contexto pedagógico e contribuem com sugestões para o trabalho pedagógico com lendas do folclore brasileiro. Investiga-se, ainda, utilizando um instrumento de pesquisa de complementação de frases hospedado em uma plataforma *online*, como professores de Educação Infantil trabalham com lendas do folclore brasileiro com as crianças. A análise da pesquisa aponta para um escasso conhecimento dos educadores frente às lendas do folclore brasileiro, reduzindo o trabalho com elas à semana comemorativa do folclore, agendada no calendário escolar. Reconhecemos, portanto, a necessidade de formação e aprofundamento dos educadores, enquanto mediadores de um trabalho com as matrizes da cultura brasileira presente nas lendas, para que elas possam ser trabalhadas com competência e sensibilidade no âmbito da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Folclore; Lendas do Folclore Brasileiro; Contação de histórias.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
PARTE I – MEMORIAL	09
PARTE II – MONOGRAFIA	13
INTRODUÇÃO	13
OBJETIVOS	15
CAPÍTULO 1 – LENDAS DO FOLCLORE BRASILEIRO	16
1.1 HISTÓRICO E DISPOSIÇÕES LEGAIS	16
1.2 FOLCLORE: CONCEITOS, MEMÓRIA E ORALIDADE	20
1.3 A RIQUEZA DO FOLCLORE BRASILEIRO: LENDAS DE NORTE A SUL	25
1.3.1 REGIÃO NORTE	25
1.3.2 REGIÃO NORDESTE	27
1.3.3 REGIÃO SUDESTE	28
1.3.4 REGIÃO CENTRO-OESTE	29
1.3.5 REGIÃO SUL	30
1.4 PERSONAGENS DAS LENDAS NO IMAGINÁRIO POPULAR	32
CAPÍTULO 2 – PARA UM TRABALHO PEDAGÓGICO COM LENDAS DO FOLCLORE BRASILEIRO	41
2.1 AS LENDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ENCONTRO DE MATRIZES CULTURAIS	41
2.2 LER OU CONTAR? ENTRE A ORALIDADE E A ESCRITA	42
2.3 CLIMA, RECURSOS E ESTRATÉGIAS PARA A CONTAÇÃO DE LENDAS	47
CAPÍTULO 3 – PESQUISA EXPLORATÓRIA	50
3.1 METODOLOGIA	50
3.2 ANÁLISE	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXO – PESQUISA	63

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho está dividido em três partes: memorial, monografia e perspectivas profissionais. O memorial revisita, por meio de uma construção particular da trajetória da autora, memórias significativas da trajetória escolar que a constituíram como educadora.

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro são discutidos conceitos de folclore e é abordado o histórico do surgimento de centros de estudos interessados na preservação desse patrimônio cultural, bem como as disposições legais à luz da legislação brasileira. Buscamos ainda construir um panorama das lendas populares no Brasil por meio de um mapeamento das manifestações mais significativas nas cinco maiores regiões do país: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Frente à riqueza do tema, elencamos contribuições para caracterizar personagens que povoam o imaginário popular. Discutimos, portanto, suas origens, interpretações e variações. Acreditamos que tais investigações venham a estimular os professores a aprofundarem-se no trabalho com seus alunos no âmbito da Educação Infantil.

O capítulo segundo, por sua vez, problematiza as práticas de leitura e contação de lendas em um contexto pedagógico e contribui com sugestões de práticas para esse trabalho.

O terceiro capítulo apresenta a investigação realizada. Está estruturado em metodologia e análise da pesquisa. Desenvolvemos e analisamos as respostas de professoras a um instrumento de complemento de frases, com o intuito de investigar como estas percebem e realizam o trabalho pedagógico com o tema folclore brasileiro no contexto da Educação Infantil.

Por fim, a última parte do trabalho aborda as perspectivas profissionais da autora, objetivos que almeja alcançar enquanto profissional da educação.

MEMORIAL

Aos nove meses de vida já havia passado por 11 cuidadoras. Elas entravam e saíam pelos mais diversos motivos, porém o episódio culminante foi o de uma babá que me alimentou com um mingau de Mucilon vencido. Meus pais, ambos trabalhando em período integral, resolveram que era hora de me colocar em uma creche. Minha primeira escolinha foi o Reino Encantado, uma escola muito além do que meus pais podiam pagar na época, mas que, felizmente, possuía um convênio com o Ministério que minha mãe trabalhava.

Minha mãe relembra que era só chegar na porta do Reino Encantado que eu “devolvia” todo o café da manhã em cima dela, então, as professoras além de aconselharem minha mãe a levar uma roupa extra, disseram-lhe para levar um brinquedo na tentativa de me familiarizar com o ambiente. E foi assim que começou a minha adaptação ao reino encantado da aprendizagem.

Do jardim à quarta série estudei na Católica. Uma escola enorme – da Educação Infantil à Universidade. Tenho inúmeras boas lembranças. A minha primeira lúcida lembrança em uma sala de aula creio que foi no Jardim I. Sentada em uma mesa alta da professora. Não me recordo o motivo, apenas o sentimento de exclusão e punição e muita, muita vontade de estar ali sentada nas mesas baixinhas e cadeiras pequenas com meus colegas.

Minha alfabetização foi um momento mágico do qual recordo a ânsia em ler todas as letras do mundo. Chegava em casa ávida para mostrar aos meus pais a palavra que a tia Cláudia ensinou no dia e muitas vezes, de tão afoita, errava um detalhe e eles me ensinavam novamente.

A maior reclamação dos professores sempre foi a de que eu conversava muito em sala de aula, o que atrapalhava a mim e aos colegas. Não sei de que lado vinha o argumento que acompanhava: “é filha única, tadinha”, a questão era que tendo ou não irmãos, eu tinha uma necessidade imensa de me comunicar, o que em muitos momentos me atrapalhou perante o corpo docente e em outros momentos me ajudou em aspectos como, por exemplo, a facilidade de liderança. Um episódio marcante que aconteceu ainda na minha fase de alfabetização foi o dia em que alguns alunos da minha turma receberam a carta do “João Benemérito”. Os escolhidos eram visivelmente alunos de destaque na turma e eu me considerava

tanto uma boa aluna que tive que engolir o choro até chegar a casa e contar pra minha mãe aos prantos que o João Benemérito tinha mandado carta para meus colegas e se esqueceu de mim. Minha mãe ligou na escola a fim de saber quem era esse João, do que se tratava a tal carta e porque a filha dela não havia recebido. A coordenadora deu risada explicando-lhe que a carta na verdade era de “Honra ao Mérito” e eu deveria sim receber uma, pois era uma aluna destaque na turma, mas decidiram que iam me “penalizar” desta vez porque eu estava conversando demais. Minha mãe me explicou o motivo e a professora confirmou aconselhando-me a conversar menos porque iam distribuir novamente a carta no próximo bimestre.

Durante toda a primeira etapa do Ensino Fundamental continuava com o rótulo de aluna-problema por conversar durante as aulas, entretanto, meu rendimento era sempre satisfatório. Ia diversas vezes à direção e sempre voltava com comunicados de ocorrências para casa. Todas as vezes fui severamente punida pela minha mãe.

Durante essa fase eu morava em um condomínio em Águas Claras. Muitas crianças de uma faixa etária próxima desciam para brincar no período da tarde. Uma de nossas brincadeiras favoritas era escolinha. Eu sempre gostava de ser a professora e me dedicava muito pra isso, levando sempre a tiracolo um quadro de giz e tarefas prontas para todos. Também nessa época tínhamos uma secretária do lar que era analfabeta, a Maria da Graça. À noite, quando a brincadeira acabava no parquinho do condomínio e todas as crianças tinham que subir para suas casas, eu tentava ensinar a Maria a ler e a escrever. A brincadeira era de verdade. Ela saiu sabendo assinar seu próprio nome e ler algumas palavras.

Na quinta série aconteceu talvez uma das mudanças mais significativas da minha vida. Continuava morando em Águas Claras, uma cidade que estava apenas começando. No ano 2000, a cidade não era completamente pavimentada, tampouco asfaltada e tinha apenas quatro edifícios. Comecei a estudar no colégio Mackenzie, situado no Lago Sul. Percorria diariamente um trajeto de mais de 60 km, mas minha mãe garantia que era o melhor lugar para eu estudar. Entretanto, não me preparou para a maior mudança que eu teria de enfrentar, o choque social. Quando me perguntavam onde eu morava, dizia “Águas Claras” e as pessoas frequentemente confundiam com Águas Lindas, uma cidade do Estado de Goiás, o que muitas vezes

gerava um preconceito bairrista característico de Brasília. Além do mais, a maioria dos colegas de classe usavam tênis e roupas de marcas e passavam férias no exterior. Nunca me senti excluída por não ter o mesmo acesso que meus colegas, sempre estive muito firme nos valores que meus pais me transmitiram, entretanto, fui inserida em um meio “cruel” muito cedo e sem o devido direcionamento. Na época, não tinha uma percepção lúcida do que estava vivendo, talvez tenha me atrapalhado cognitivamente por estar atenta a outras vivências.

Estudava pela manhã no Mackenzie e, à tarde, para dar continuidade ao processo educativo e me manter no Plano Piloto, fazia atividades na Associação Cristã de Moços – ACM. Voltava para casa por volta das nove da noite, quando minha mãe saía do trabalho. Um dia quando estávamos voltando para Águas Claras fomos abordadas por dois homens armados que nos levaram o carro com grande parte do meu material escolar dentro. Estávamos um pouco mais da metade do ano e tive que providenciar novos livros, estojo, uniforme, etc. Um episódio um pouco traumático.

Foi também a época em que construí minhas amizades mais sólidas. Um grupo de oito meninas que permanece unido por mais de 10 anos. Foram, cada uma com suas famílias, diferenças e semelhanças, muito importantes para minha formação. Mudamos de escola juntas na oitava série para fazermos o Ensino Médio. Escolhemos o Galois por ser uma escola com alto índice de aprovação no vestibular.

No primeiro ano, continuava com os mesmos problemas do início da minha educação formal; a conversa paralela na sala de aula, só que agora era mais sério, eu ia mal em exatas. No final do ano chamaram meus pais para assinarem um termo de compromisso, comprometendo-se a mudar de comportamento na sala de aula e aumentar as notas. Já no segundo ano, não atingi a média em seis matérias e fiquei em dependência, a escola não hesitou em me expulsar com o argumento de que eu “não fazia o perfil”. Foi um momento muito difícil, não só pelo fracasso acadêmico que arrancou de vez a minha autoconfiança nos estudos, mas também pelos amigos e namorado que ficaram na outra escola, o que me fez sentir completamente sozinha.

Fui para o Inei, um dos únicos colégios que aceitavam alunos com pendências em matérias. Sempre tive muita facilidade em me inserir em novos

meios e me adaptar a novas situações. Outra vez fiz amizades e tive problemas com a conversa em sala de aula. Três turmas dividiam o terceiro ano do colégio, e eu passei pelas três, como medida da coordenação para tentar conter o problema. Fiquei de recuperação em quase todas as disciplinas e não passei. Fui reprovada no terceiro ano do Ensino Médio.

Poucas vezes senti tamanha frustração, principalmente oriunda dos meus pais, que, naquele ano, me “puniram” com uma viagem a uma cidadezinha isolada de tudo e de todos. Passei um mês sem acesso à internet, sem celular, sem contato com os amigos e quando voltei à Brasília, e acessei minha conta na rede social *Orkut* e recebi, através de recados de amigos, a notícia de que tinha passado no PAS – Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília. Mas como? Como uma aluna reprovada e considerada fracasso durante boa parte de sua trajetória escolar poderia obter esse êxito?

Precisei passar por essa experiência e ingressar num curso de Graduação na área de Educação para, anos depois, refletir que o conhecimento não é apenas o resultado de uma aferição numérica. Ou que a vivência escolar deve ser pautada por um modelo ideal de comportamento e que os tais “destoantes” podem ter ganhos significativos e até oferecer contribuições distintas ao grupo que está inserido se bem conduzida sua particularidade.

INTRODUÇÃO

A cultura popular tem como essência o imaginário de seus povos. É, portanto, de uma riqueza sem fim. Resulta de uma interação contínua entre pessoas de determinadas regiões e recobre o complexo de padrões de comportamento e crenças de um povo.

A origem do folclore é imemorial, o que significa dizer que suas raízes mais profundas se perdem no tempo e transcendem as fronteiras geográficas. Contudo, entendemos que as histórias nascem da ânsia do homem em expressar seus mais íntimos medos e fantasias, recorrendo, muitas das vezes, a elementos da natureza como forma de escapar àquilo que não consegue explicar.

As manifestações do folclore se dão de forma peculiar em cada cultura e variam quanto ao espaço geográfico e ao tempo. Assim, por meio de histórias contadas e recontadas, surgem elementos significativos para o folclore.

Tomando como referência inicial a Wikipédia (2013) podemos dizer que tais manifestações podem ser percebidas em mitos, lendas, contos populares, ritos e cerimônias religiosas, brincadeiras, provérbios, adivinhações, receitas de comidas típicas, estilos de vestuário e adornos, orações e maldições, xingamentos, danças, cantorias, gírias, apelidos de pessoas e de lugares, saudações e despedidas, trava-línguas, parlendas, anedotas, festas, encenações, gestualidades associadas à intercomunicação oral, artesanatos, medicina popular, motivos dos bordados, músicas, canções de ninar e de roda, e até mesmo maneiras de criar, chamar e dar comandos aos animais. Devido a essa vasta gama de informações fica difícil delimitar onde começa e onde termina o folclore.

Meu envolvimento com o tema aconteceu de forma bastante espontânea devido, principalmente, às minhas heranças culturais que, de alguma forma, acabaram por se contrastar. Meu pai, filho de espanhol com mineira e minha mãe e toda sua família com raízes nordestinas, contribuíram amplamente para o processo de aquisição de conhecimento e experiências advindas de distintas matrizes culturais.

O interessante é perceber, dentro desse espectro, os trejeitos peculiares de cada cultura e sua direta influência na oralidade, no trato com as pessoas, à mesa e, até na escolha do bairro no qual morar. Percebo que a influência direta no meu interesse pelo estudo da cultura se relaciona aos meus ancestrais que, como candangos vieram ajudar na construção de Brasília, em meados dos anos de 1960 e se agregaram às comunidades formadas por grupos que mantiveram, majoritariamente, articulações através de seus conterrâneos. O que, evidentemente, não é uma regra geral a ser aplicada. Apenas uma observação particular minha a respeito de Brasília, cidade na qual nasci e sempre residi.

Além das motivações pessoais expostas, acreditamos que a pertinência da pesquisa frente às possibilidades do trabalho pedagógico desenvolvido com lendas do folclore brasileiro se dá devido ao interesse em uma investigação mais profunda e concreta acerca das práticas utilizadas para trabalhar essa temática.

Partindo da concepção de cultura como significados permanentemente atribuídos em detrimento de comportamentos concretos destacamos a importância de despertar nas crianças, através do estudo do folclore, a percepção de que as festas são mais do que a sua data, suas danças, suas cores, seus trajes e suas comidas típicas, “[...] são o veículo de uma visão de mundo, de um conjunto particular e dinâmico de relações humanas e sociais”, como explicita significativamente Cavalcanti (2002).

O presente trabalho orienta-se em duas direções: por um lado, os estudos dos conceitos de folclore, o mapeamento das lendas mais populares por região do Brasil e algumas possibilidades de intervenção pedagógica com as lendas e, por outro, o confronto dessas questões com as respostas das professoras obtidas por meio do nosso instrumento de pesquisa. Apresentamos, portanto, um pequeno diagnóstico de como as lendas do folclore são concebidas e trabalhadas no contexto da Educação Infantil e, com isso, problematizamos e sugerimos novas práticas face ao exposto.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Refletir acerca da pertinência e possibilidades de um trabalho pedagógico com lendas do folclore brasileiro no contexto da educação formal de crianças pequenas

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o papel do folclore e das lendas no contexto da Educação Infantil;
- Conceituar folclore;
- Reunir e evidenciar lendas mais características das cinco maiores regiões do Brasil;
- Refletir acerca das características e simbologia dos personagens das lendas na sua relação com as matrizes fundantes da cultura brasileira;
- Problematizar o papel da oralidade e da escrita em um trabalho pedagógico com lendas;
- Contribuir com elementos sugestivos para o trabalho pedagógico com lendas;
- Investigar acerca do trabalho desenvolvido com lendas do Folclore Brasileiro em escolas de Educação Infantil e da compreensão dos professores com relação a essa temática

CAPÍTULO I – LENDAS DO FOLCLORE BRASILEIRO

1.1 Histórico e Disposições Legais

Levando em consideração as tendências pedagógicas mais modernas que se baseiam na valorização do contexto sociocultural da criança a fim de promover uma aprendizagem mais significativa, acreditamos que é importante, nesse contexto, estabelecer íntima comunicação com as manifestações do saber popular.

Defendendo a ideia de que o folclore é patrimônio cultural de um povo, evidenciamos que no Brasil ele está constitucionalmente protegido. A Constituição Federal Brasileira de 1988 impõe ao Estado e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente cultural e, em decorrência disso, também estão incluídas as formas de expressão, com o intuito do resgate da identidade, memória e ação do povo brasileiro e, bem como salienta Camarani (2000), com a finalidade de garantir a dignidade da pessoa humana à presente e às futuras gerações. Em seus artigos 215 e 216 expressa que:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Face ao exposto, estabelecemos diálogo com Camarani (2008) a fim de destacar a fundamental importância da preservação do patrimônio cultural para a sadia qualidade de vida e dignidade do povo brasileiro, visto que tal significa garantir a perenidade da memória, da identidade e da ação do povo, ou seja, garantir as fontes de cultura nacional.

Definimos, portanto, nessa perspectiva, com o auxílio da autora, as lendas, as crenças, as tradições e os costumes como *bens imateriais difusos de uso comum*. Conceituamos direitos difusos, com base nos esquemas propostos pelo professor Gabriel Dezen Junior (2012) como direitos sem titular individualizável, ou seja, que ultrapassam a esfera de um único indivíduo. São caracterizados principalmente por sua indivisibilidade e transindividualidade: a satisfação do direito deve atingir a uma coletividade indeterminada que deve ser, contudo, ligada por uma circunstância de fato.

Ainda discutindo a respeito das previsões legais que abrangem o assunto, trazemos o Decreto nº 56.747 de 17 de Agosto de 1965 no qual se institui o dia do Folclore como 22 de agosto em todo território nacional, em virtude do registro da palavra Folk-Lore, no mesmo dia do ano de 1946. O documento leva em consideração a “importância crescente dos estudos e das pesquisas do Folclore, em seus aspectos antropológico, social e artístico, inclusive como fator legítimo para o maior conhecimento e mais ampla divulgação da cultura popular brasileira”. (D.O.U., 1965, p. 8302)

Em consonância com o decreto, em seu artigo 2º, a comemoração do Dia do Folclore fica a cargo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro do Ministério da Educação e Cultura e da Comissão Nacional do Folclore do Instituto Brasileiro da Educação, Ciência e Cultura e de suas respectivas entidades estaduais que devem associar-se a promoções de iniciativa oficial ou privada com vistas a estimular, nos estabelecimentos de curso primário, médio e superior, as celebrações que realcem a importância do folclore na formação cultural do país.

Nesse documento é mencionado também que o governo deseja “assegurar a mais ampla proteção às manifestações da criação popular, não só estimulado sua investigação-estudo, como ainda defendendo a sobrevivência dos seus folguedos e artes, como elo valioso da continuidade tradicional brasileira”. (D.O.U., 1965, p. 8302)

Com o intuito de dar embasamento histórico, contribuímos com dados a fim de construir uma lógica temporal dos acontecimentos. À luz dos estudos de Camarani (2008) e de dados fornecidos pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP¹ iniciamos elucidando que o fim da Segunda Guerra Mundial foi um momento que estimulou a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO a liderar um movimento que empenhou-se em implantar mecanismos para documentar e preservar tradições que possivelmente estariam em vias de desaparecimento.

“O folclore é visto como fator de compreensão entre os povos, incentivando o respeito das diferenças e permitindo a construção da identidade diferenciada entre nações que partilham de um mesmo contexto internacional. O Brasil de então orgulhava-se em ser o primeiro país a atender à recomendação internacional no sentido da criação de uma comissão para tratar do assunto.” (CAVALCANTI, 2002, p. 2)

O Brasil, pioneiro no atendimento dessa diretriz, criou, em 1947, a Comissão Nacional de Folclore, ainda vinculada à UNESCO. E, como fruto desse processo, em 1958, acontece a instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, primeiro órgão permanente dedicado a esse campo, no então Ministério da Educação e Cultura. Entretanto, no meio desse processo, acontece a maior conquista da Comissão que, em 1951, elabora a Carta do Folclore Brasileiro, que estabelece diretrizes objetivas e acertadas para o trabalho científico no setor.

No ano de 1976, a Campanha foi incorporada à Funarte como Instituto Nacional do Folclore. Entretanto, no fim do ano de 2003, passa a integrar a estrutura

¹ Vinculado ao Ministério da Cultura, é a única instituição pública federal que, atualmente, desenvolve e executa programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação, difusão e fomento de expressões dos saberes e fazeres do povo brasileiro.

do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan com a denominação que permanece até os dias atuais: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

1.2 Folclore: conceitos, memória e oralidade

A origem da palavra folclore surge através da formação de dois vocábulos do inglês antigo: “Folk”, com a significação de povo, nação, família e “Lore”, traduzindo estudo, instrução, ciência, conhecimento, sabedoria, como nos elucida Camarani (2008)

A autora explica ainda que o termo Folklore teve origem em meados do século XIX, cunhado pelo arqueólogo inglês Willian John Thoms (1803-1885) e tinha o objetivo de designar os registros das cantigas, das narrativas, dos costumes e usos dos tempos antigos. Ressaltamos, portanto, a importância do momento histórico na vida social-econômica do continente europeu; em que a Revolução Industrial marca, fundamentalmente, a transição das sociedades artesanais para a sociedade industrial. Interessante destacar que muitos foram os movimentos que se desenvolveram nessa época com o intuito de coletar, reunir, preservar, estudar toda uma conscientização das tradições.

No Brasil, a palavra grafada com a letra “k” foi utilizada até a década de 1930, quando a língua portuguesa sofreu uma reforma. A partir de então, a palavra passou a ser escrita como a conhecemos hoje: folclore.

Em um primeiro momento, em conformidade com a questão etimológica da palavra, estabelecemos diálogo com Camarani (2008, p. 119) ao afirmarmos que o folclore como uma ciência própria do ser humano leva em consideração duas perspectivas do homem: a social e cultural. A análise de suas espontâneas expressões de cultura, do sentir, do pensar, do agir e reagir configuram o homem cultural, ao passo que o contexto da sociedade em que está inserido constitui o homem social. Um dos maiores folcloristas brasileiros, Luís da Câmara Cascudo, é pertinente ao afirmar que:

“Folclore é a cultura do popular, tornada normativa pela tradição. Compreende técnicas e processos utilitários que se valorizam numa ampliação do emocional, além do ângulo do funcionamento racional. A mentalidade móbil e plástica torna tradicionais os dados recentes, integrando-os na mecânica assimiladora do fato coletivo”. (CASCUDO, 2002, p. 334-335)

Complementando a ideia, buscamos aporte no estudo do antropólogo brasileiro Egon Schaden (1959) que considera o folclore como um fenômeno cultural concernente ao saber, à arte, às técnicas e aos costumes populares. São, portanto, tradicionais e de autoria em geral anônima, e opõem-se a criações análogas de origem erudita ou científica.

Podemos assim dizer que o folclore, por ser uma manifestação da cultura humana pessoal ou coletiva, se aprende na “escola da vida”, como bem elucida Camarani (2008). Os meios oficiais e sofisticados são imprescindíveis para a sua difusão. Porém, é apreendido espontânea e informalmente no dia-a-dia por observação, por imitação ou por transferência.

Ressaltamos uma série de peculiaridades próprias do folclore embasadas na proposta no estudo de Roberto Benjamim, “*Conceito de Folclore*”, publicado no ano de 2008 pela Universidade de Campinas, a fim de caracterizar esse fenômeno cultural.

A primeira é o *anonimato*, o que significa dizer que o fato folclórico não tem um autor específico e conhecido. Ademais, a sua *aceitação coletiva* não pretende personalizar um autor, o que acaba por constituir a segunda característica proposta pelo autor. Outros autores, como Ribeiro (1984), concordam com a classificação quando afirmam que:

“O povo, aceitando o fato, toma-o para si, considerando-o como seu, modifica-o e transforma-o, dando origem a inúmeras variantes. Assim, uma história é contada de várias maneiras, uma cantiga tem trechos diferentes na melodia, os acontecimentos são alterados e o próprio povo diz: “Quem conta um conto acrescenta um ponto” (RIBEIRO, 1984 apud BRANDAO, 1984, p. 37)

É importante salientar a *espontaneidade* dos fatos no âmbito das manifestações folclóricas. Não são impostos nem institucionalizados, tampouco surgem a partir de enunciados mandamentais do governo ou dentro de laboratórios científicos. Constituem-se como uma criação que surge organicamente dentro do contexto maior da cultura de uma determinada comunidade.

A *transmissão oral* está elencada também como uma das características propostas por Benjamim (2008). É oralmente, por imitação direta e sem a organização de situações formais e eruditas de ensino-aprendizagem que o processo acontece naturalmente. A respeito disso, trazemos a contribuição do filósofo francês Pierre Lévy que acredita que a palavra tem como função básica a gestão da memória social, ou seja, “[...] o edifício cultural está fundado sobre as lembranças dos indivíduos”. (LÉVY, 2007, p.77).

Outro aspecto a ser levado em consideração é a *funcionalidade*, que diz respeito à construção realizada pelo povo, porém, com um motivo, uma função, um determinante estritamente ligado a um comportamento ou a normas psico-religiosas sociais, cuja origem certamente se perdeu no tempo. Ao afirmar que os fatos folclóricos integram sistemas culturais deve-se ter em mente que não são traços isolados e que, portanto, exercem funções que se estendem na configuração do social, do econômico e do político.

A *regionalidade*, por sua vez, é uma característica que mantém íntima relação com as variantes do processo de manifestação folclórica, ao passo que o mesmo tipo de manifestação pode ser encontrado em localidades distintas e distantes em seu espaço físico. Uma análise minuciosa pode anunciar que as origens são comuns, contudo foram reinterpretadas de acordo com as bagagens regionais. A dinâmica cultural se manifesta nas diversas formas de contato entre as culturas, como postula Inami Pinto (2005) ao afirmar que esse processo determina trocas e empréstimos, transforma valores, acolhe invenções e motiva os processos de assimilação, ajustamentos, aculturações e reinterpretações.

A *tradicionalidade* dos fatos folclóricos simboliza uma ruptura entre o popular urbano e o folclórico. É importante, nessa perspectiva, fazer um adendo contra a ideia simplista que ratifica elementos tradicionais como “apego ao passado”. O que acontece quando se coloca o que é tradicional em oposição ao que é novo. O resultado é a negação da dinamicidade e da evolução constante a que todos os fatos culturais estão sujeitos.

No campo folclórico, nem o antigo, tampouco o contemporâneo, existem em seu estado puro, mas mesclados em uma espécie de relação simbiótica. Essa relação dinâmica se dá para Almeida (1957) ao passo que, enquanto o que é

apropriado e recriado pelo povo, sofre transformações e incorpora-se ao patrimônio cultural.

“A folclorização é um processo de adaptação que se conclui em limites variáveis de tempo. O povo recria infatigavelmente e aceita os fatos como função atual e não como sobra pretérita. Só assim se deve compreender a tradição em Folclore, pode compreender tanto de passado milenário quanto de fato contemporâneos, Importa não a velhice, mas a aceitação coletiva, que tudo atualiza. [...] Cada invenção, cada descoberta, cada novidade ou moda que chega ao povo, ele pode incorporar folcloricamente em seu patrimônio cultural, além de que alarga outras práticas, usos e costumes, a condições diferentes ou aspectos modernos de sua vida”. (ALMEIDA, 1957, p. 49)

Ainda a fim de caracterizar aspectos do folclore, propomos um viés defendido por Brandão, ao afirmar que a cultura do folclore não é tão somente culturalmente ativa, é também politicamente ativa, na medida em que, ao codificar as identidades societárias, reproduz os símbolos que consagram um modo de vida de classe.

“Os fenômenos folclóricos também são fenômenos da cultura, passíveis, portanto de serem estudados individualizadamente. Não são, porém coisas mortas; são uma realidade concreta, dinâmica, numa constante readaptação às novas formas assumidas pela sociedade”. (SALLES, 1969 apud BRANDÃO, 1984, p. 41)

Brandão busca aporte teórico em autores que definem o folclore como o equipamento mental de um povo. Frente a isso, a contribuição do francês Paul Sebillot é significativa, ao considerar o folclore como “uma espécie de enciclopédia das tradições, crenças e costumes das classes populares ou das nações pouco avançadas.” (SEBILLOT, 1886, apud BRANDÃO, 1984, p. 27)

Na mesma direção, porém mais universal quanto à abrangência dos indivíduos, o brasileiro Arthur Ramos acredita que, como uma divisão da Antropologia Cultural, o folclore “estuda os aspectos da cultura de qualquer povo, que dizem respeito à literatura tradicional: mitos, contos, fábulas, adivinhas, músicas e poesia, provérbios, sabedoria tradicional e anônima” (RAMOS, 1930, apud BRANDÃO, 1984, p. 28)

É relevante elucidar que a Antropologia, enquanto ciência social, propõe uma descrição racional dos povos, dos fenômenos que apresentam e de suas relações. É sua intenção produzir conhecimento sobre o ser humano em diversas esferas, contudo, sempre entendido como parte de uma sociedade.

Diante dessa perspectiva, Cabral (1954) também entende que o folclore está diretamente ligado ao grupo das ciências antropológicas e que, como ramificação de tal, “estuda as manifestações e aplicações coletivas de uma cultura vulgar, mantidas geralmente pela tradição, entre grupos de cultura superior, quaisquer que sejam as modalidades sob quais representam”. (CABRAL, 1954, apud PINTO, 2005, p. 16)

Tendo em vista a ideia defendida por Camarani que, como toda manifestação de cultura, “os fatos folclóricos estão em permanente processo de transformação e atualizam-se acompanhando a dinâmica da sociedade em que estão situados” (2008, p. 122), concluímos, ainda com a contribuição da autora, ao afirmar que o folclore, por sua vez, não está imune à ingerência dos vários fatores sociais. Desse modo, constitui-se como cultura popular devido à permanente contribuição da cultura de massa – decorrente da industrialização e evolução dos meios de comunicação – e da cultura erudita – acadêmica por sua natureza “oficial”, aprendida nos livros.

Apesar de pequenas divergências nas conceituações do que é folclore, uma vez que não raro, pesquisadores e autores optam por destacar, em suas definições, alguns conceitos em detrimento de outros, apontamos a dificuldade em determinar se um fato é ou não folclórico. Nesse contexto, findamos com a ideia de Cavalcanti (2002) que simplifica ao dizer que, antes de tentarmos saber se um dado fato é ou não folclórico, é mais produtivo e menos especulativo entender o folclore como um campo de estudos que, além de construído historicamente, está em constante expansão. O que significa dizer que o elemento folclórico não está tanto no fato concreto, mas em seu *entendimento* como folclórico e que, por isso, deve-se ter em mente que a definição do que é folclore varia com o tempo. Posto isso, é importante perceber o momento histórico para definir a relevância desse e de outros elementos que exerceram influência nas conceituações expostas.

1.3A riqueza do folclore brasileiro: lendas de Norte a Sul

O folclore brasileiro é extremamente rico e diversificado, uma vez que resulta das três principais matrizes culturais: luso, indígena e africana. Elencamos as matrizes por esta sequência de acordo com Câmara Cascudo (2002), de maneira que a colocação aqui exposta seja nitidamente proposital por ordem de influência.

Partindo da ideia de que é resultante de contribuições variadas, o folclore configura-se atualmente como objeto de inúmeros estudos, ademais, por receber ampla divulgação interna e internacional, é um importante elemento da própria economia brasileira, pela geração de empregos, pela produção e comércio de bens associados e pelo turismo cultural que dinamiza.

Procuramos mapear manifestações do folclore brasileiro significativas nas cinco maiores regiões do país. Tomamos como base a obra de Câmara Cascudo “Geografia dos Mitos Brasileiros”, a adaptação de Elsa Pestana Magalhães de “Lendas do Brasil”, bem como pesquisa em sítios da internet e em livros paradidáticos e até contribuições orais variadas em busca de contar uma pequena história sobre as lendas mais populares do folclore, a fim de reunir elementos para nosso estudo.

1.3.1) Região Norte

“Nas belas terras da Amazônia correm rios deslumbrantes; alguns são de águas mansas, outros de águas turbulentas, mas uma coisa todos têm em comum: são habitados por peixes fantásticos”. Tomamos os estudos de Magalhães (2004, p. 8) como elemento introdutório para a lenda do Boto, uma espécie de mamífero aquático, parente próximo da baleia e do golfinho. Alguns autores afirmam que é o mais importante habitante encantado do rio Amazonas e que durante o dia brinca com as crianças à beira do rio mas, uma coisa é certa, é à meia noite que ele se transforma em gente.

Magalhães utiliza-se de uma maneira lúdica para contar a história quando insere, no processo de transformação do Boto, a figura do “jacaré-farmacêutico”, que o boto procura na “farmácia das águas”. O jacaré o adverte que a transformação só é possível através da força do seu pensamento.

Transfigura-se então em um homem sedutor de vestes brancas. Usa sempre um chapéu branco para ocultar o orifício que tem no alto da cabeça, por onde exala um forte cheiro de peixe. Aparece nas festas dos ribeirinhos e dança com as donzelas mais bonitas. Sai com elas para passear e, antes de amanhecer, pula na água e volta à forma primitiva de peixe.

De dia, Boto, de noite, um rapaz sedutor. Entretanto, Magalhães (2004) nos ensina que as implicações da lenda não param por aqui. Acredita-se que, de tanto admirar as moças, o Boto passou a cuidar de todas mulheres, tornando-se assim seu protetor quando, por exemplo, acontece um naufrágio de um barco nas águas dos rios onde vive.

Também figura das águas, a lara, cujo próprio nome, de origem indígena, traduz-se como “aquela que mora na água”, é pintada nas histórias ora como sereia, ora como índia. O que não há divergência, portanto, é quanto a sua capacidade de encantar os homens e atraí-los para a água. Algumas versões fazem menção à sua beleza, outras mencionam o poder hipnótico de seu canto. O enredo culmina no desaparecimento dos homens que foram provocados pela lara.

No presente trabalho, a lenda da lara é elencada como uma história advinda da Região Norte. Entretanto, devemos destacar que é popular também nas demais regiões brasileiras e inclusive figuram numerosos relatos de pescadores de comunidades ribeirinhas que contam histórias de jovens que cederam aos encantos da tentadora sereia e morreram afogados de paixão.

Outro ser popular no imaginário amazônico que, por vezes, leva a responsabilidade por desaparecimentos misteriosos, é o Curupira. Representado como uma figura sagaz, de corpo pequeno e peludo, tem a particularidade de ser descrito com dentes azuis ou verdes e orelhudo. Porém, é unânime que seus cabelos são vermelhos cor de fogo e anda sempre com os pés virados para trás, ou seja, com calcanhares para frente, de modo a suas pegadas enganarem aqueles que o tentarem perseguir.

A bibliografia de Magalhães (2004) relata o Curupira como protetor dos animais, guardião da floresta, que despista os caçadores com seus falsos rastros. Contudo, dificilmente é localizado pelos caçadores, ademais alguns autores afirmam que é impossível capturá-lo. Contadores de lendas dizem ainda que o Curupira

costuma deixar, por meio de assovios e ilusões, aqueles que adentram a floresta atordoados e perdidos.

Enumeramos também como lendas populares da Região Norte do Brasil: Vitória-Régia, Mopinguari, Onça Maneta, A Origem da Mandioca, A Origem do Guaraná, Uirapuru, Matinta Pereira, Cobra Norato.

1.3.2) Região Nordeste

Na Região Nordeste, é interessante perceber, à luz dos estudos de Câmara Cascudo, a estreita relação que se estabelece com elementos trazidos do colono europeu. O Lobisomem é um exemplo que o próprio autor ratifica: “O Lobisomem nos foi trazido pelo colono europeu. Está em todos os países e épocas, com histórias espelhadas, sob nomes vários, registrado nos livros eruditos”. (CASCUDO, 2002, p. 172).

Como o próprio nome diz, o Lobisomem é uma criatura metade lobo, metade homem. É resultado de uma crendice popular que diz que a sétima criança em uma sequência de filhos do mesmo sexo tornar-se-á um lobisomem. Outra versão, bastante semelhante, diverge apenas ao dizer o mesmo de um menino nascido após uma sucessão de sete mulheres. Há ainda quem diga que o Lobisomem é um indivíduo excomungado pelos pais ou por algum padrinho e que por esse motivo, segrega-se da sociedade e culmina na metamorfose lupina devido a uma maldição.

Sua transformação ocorre à meia noite de uma sexta-feira de Lua cheia. Entretanto, deve-se tomar cuidado, pois o Lobisomem suga o sangue de todo menino pagão que encontra e, na falta deste, ataca qualquer indivíduo.

Outro exemplo claro da herança da colonização europeia no Brasil é a lenda da Mula-sem-cabeça, que traz ainda um viés eclesiástico ao castigar mulheres que têm um envolvimento amoroso com padres. Cascudo afirma que é uma lenda que está em todo o Brasil e que “é uma tradição que nos veio da Península Ibérica, trazida pelos portugueses e espanhóis”. (CASCUDO, 2002, p. 192). Na noite de quinta pra sexta-feira, a mulher toma forma de um robusto animal equino que solta fogo pela cabeça. Seus cascos possuem ferraduras de ferro e, tanto seu galope

quanto a estridência de seu relincho, são ouvidos de longe. Acredita-se que a maldição é decorrente do castigo da concubina que se apaixonou pelo padre. Magalhães (2009) colabora com a crendice de que as crianças devem esconder as unhas para que a mula não veja seu brilho na escuridão pois pode atacá-las e matá-las a coices.

Listamos ainda, como lendas da Região Nordeste, A princesa-serpente de Jericoacora, O foguinho da ladeira, A morte do Zumbi, As mangas jasmim de Itamaracá, O diabinho da garrafa, Quibungo, Negro D'água, Vaqueiro Misterioso, Barba-ruiva, Capelobo, Cabeça de cuia e Caipora, que é uma variação do Curupira quanto à alcunha.

1.3.3) Região Sudeste

A respeito da região de Minas Gerais, Câmara Cascudo (2002, p. 30) afirma que “Os mitos de origem europeia são predominantes. A influência negra é muito mais sensível embora não positive a criação de um ser sobrenatural, exceto alguns do ciclo da angústia infantil”. Entretanto, devemos traçar um contraponto que expõe que em outras partes da região Sudeste do Brasil também há uma forte influência da cultura afro, fato que se deve primordialmente a grandes plantações nas fazendas e ao desenvolvimento de centros comerciais que, como nos conta a história, era onde muitos negros serviam como mão-de-obra. O autor afirma que o grande número de escravos na região não só substituiu os índios, que foram dizimados nas caçadas oficiais, fugiram para as matas e as montanhas ou morreram, como também reduz a incontida atividade das festas católicas.

A Cuca é uma bruxa velha que leva a forma de jacaré, aparece durante a noite para levar consigo os meninos inquietos, insones ou desobedientes. Câmara Cascudo (2002, p. 200) adverte que “não há sobre ela episódios nem localizações. Está em toda parte, mas nunca se disse quem carregou e como o faz”. A crendice popular amedronta as crianças, dizendo-lhes que a Cuca rouba os pequenos que não obedecem seus pais.

Em todo o Brasil, a Cuca é comum nas canções de ninar. Reproduzimos aqui uma versão corriqueira em nossa própria infância que ainda é perpetuada: “*Dorme nênem, que a Cuca vem pegar/ Papai foi pra roça/ Mamãe foi trabalhar*”. Contudo,

foi devido à obra *O Sítio do Picapau Amarelo*, de Monteiro Lobato, que a figura da Cuca ganhou popularidade.

Outra história típica da região Sudeste do país, mais especificamente catalogada como oriunda de São Paulo, é o Boitatá. Uma entidade do folclore brasileiro sob a forma de uma grande cobra que se acredita ser o único sobrevivente do dilúvio que devastou o planeta Terra. Também sob forte chuva, há versões mais simplórias que contam apenas que o Boitatá engolia os olhos dos animais e desprezava as carcaças de seus corpos, o que resultou em uma superfície de pele luminosa da cobra. Consenso é que seus olhos emanam uma luz tão intensa que são capazes de cegar aqueles que ousarem encará-los. Como castigo à matança que fizera, o Boitatá leva a incumbência de vigiar os campos e proteger os animais.

Magalhães (2009) adverte às crianças que, ao se depararem com o Boitatá devem fechar bem os olhos e manter-se quietas como uma estátua, apenas assim a cobra não mexerá com elas. Já Câmara Cascudo (2002, p. 147) afirma que quando perseguem a tal cobra de fogo, essa “foge, intangível, e tanto mais corre quanto mais procura apanhá-la o perseguidor; e quando, ao contrário, o homem foge, o Boitatá persegue-o, inferna-o, ataranta-o, enlouquecendo-o, e mata-o”.

Selecionamos ainda, como lendas da Região Sudeste, o Anhangá, Chico Rei, Choro dos Ipês, o Bradador, Canhambora, Cavalo de três pés, Mão Pelada e Pisadeira.

1.3.4) Região Centro-Oeste

Tomando como base ideia defendida por Câmara Cascudo (2002, p. 46) que afirma que “o folclore paulistano é mais ou menos padrão para Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Os mitos são idênticos, sem impressão de fronteiras, batendo mato e subindo serra [...]”, nos deparamos com a dificuldade de delimitar, tal como a divisão geoeconômica que conhecemos hoje, as lendas por região. Buscamos, portanto, a maior fidelidade possível às pesquisas, com a finalidade de balancear as contribuições por região.

Consideramos que o Centro-Oeste, por sua privilegiada localização, é o coração do Brasil, uma vez que é a única região brasileira que faz fronteira com

todas as demais. Pelos motivos aqui expostos elencamos nessa seção a lenda mais popular do Brasil, sobre a qual existem relatos em todo o país.

Estamos falando de um menino negro de uma perna só, que está sempre a pitar um cachimbo e usa um gorro vermelho: o Saci-Pererê. É conhecido por suas travessuras, como, por exemplo, fazer o feijão queimar ou o leite azedar, derramar o sal pela cozinha, esparramar as cinzas dos fogões à lenha, esconder objetos, judiar das galinhas e gorar seus ovos, jogar, em buracos, os dedais das costureiras, emaranhar suas linhas, ou seja, tudo que dá errado em casa, ou até mesmo fora dela, é culpa do Saci.

Magalhães (2009, p. 118) aponta que seu poder de fazer arte sem ser percebido é devido à sua carapuça vermelha e adverte ainda que “se, um dia, alguém conseguir tirar sua carapuça, ele deixa de poder fazer suas artes”.

Enumeramos ainda, como lendas tipicamente da região Centro-Oeste do país A origem das estrelas, A origem dos diamantes, Mãe-do-Ouro, O Arranca-língua, Mão-Pelada, Tibarané, Pai do Mato.

1.3.5) Região Sul

A lenda mais popular da região Sul do Brasil, sem dúvida, é a do Negrinho do Pastoreio. Um garoto negro, que trabalhava como escravo para um fazendeiro de posses. O pequeno escravo não tinha pai, nem mãe, nem mesmo um nome decente. Diziam que era afilhado de Nossa Senhora e todos lhe chamavam apenas de Negrinho.

Encarregava-se de pastorear o rebanho de seu senhor, um homem muito cruel, que judiava do Negrinho o quanto podia. O garoto, no entanto, além de exímio cavalgador – motivo de orgulho do fazendeiro, era um trabalhador muito cuidadoso. Numa noite estava a exercer seu mister e, todavia, adormeceu. O filho do malvado senhor, tão perverso como o pai, fez com que os cavalos escapassem, pondo a culpa no Negrinho.

O fazendeiro ordenou a seus feitores que açoitassem o Negrinho e a este mandou que, na escuridão da noite, reunisse os cavalos. Era uma noite sombria, sem Lua nem estrelas para iluminar os caminhos. Chorando e gemendo de dor, o

Negrinho pensou na sua madrinha, Nossa Senhora, foi até o oratório, pegou uma vela e saiu para realizar o que lhe ordenou o Senhor. Magalhães (2009, p. 67) nos conta que “à medida que caminhava, a cera da vela pingava no chão e cada pingo se transformava em outra vela acesa. Em breve, toda a campina estava iluminada e clara como se fosse dia”.

Passado um tempo, o filho do estancieiro, ainda não satisfeito, soltou os cavalos novamente. Mais uma surra no tronco. Porém, dessa vez a surra foi impiedosa e o garoto morreu. Jogado na boca de um formigueiro e com as costas em sangue, clamou por sua madrinha. O fazendeiro foi se deitar como se nada tivesse acontecido, entretanto, levantou-se de madrugada, curioso para ver como havia ficado o corpo do menino. Deparou-se com o Negrinho em pé, sorrindo e sacudindo de si as formigas que o cobriam ainda, ao lado de Nossa Senhora. Magalhães (2009, p. 69) descreve que o fazendeiro ficou sem fala e sem ação, tomado por um sentimento de remorso. “Num instante, percebeu toda a sua maldade e sentiu enorme arrependimento. Ajoelhou-se junto ao escravo e pediu perdão. O Negrinho montou no seu cavalo baio e partiu em tropel com toda a manada, percorrendo o pastoreio”.

Acredita-se que o Negrinho, ainda hoje, atravessa as campinas a galope com sua manada. Dizem que está sempre a procura de objetos perdidos, pondo-os de jeito a serem achados pelos seus donos. É comum, portanto, que os gaúchos que perdem algo, acendam uma vela para a madrinha Nossa Senhora e, recorram ao Negrinho para encontrar.

Citamos ainda A gralha azul, Angoera, A Casa de M'Bororé, O Carbúnculo, Os filhos de Chico Santos, Zaoris como lendas típicas da região Sul do Brasil.

1.4 Personagens das lendas no imaginário popular

Tomando como ponto de partida a coletividade tal qual geradora de distintos significados sobre os fenômenos ou fatos, concluímos que os seres humanos aprendem com os grupos que convivem. Seja pela língua ou pelas tradições, regras, técnicas ou formas de expressão, enfim, pelos modos de vida que circundam a existência do sujeito naquele determinado contexto, é importante se dedicar a estudos relacionados a tais campos a fim de compreender a vida humana e os fenômenos inter-relacionados.

Em diálogo com as ideias de Florestan Fernandes (1978), concordamos com o autor ao assumirmos que o folclore permite observar fenômenos que lançam enorme luz sobre o comportamento humano, como, por exemplo, a natureza dos valores culturais de uma coletividade, bem como as circunstâncias ou condições em que eles se atualizam. A partir do seu nascimento, o sujeito se insere em uma determinada sociedade, começa a construir modos de vida estabelecidos por aquele contexto devido ao simples vivenciar das práticas, valores e costumes.

Pelos motivos expostos, buscamos neste tópico problematizar o papel socializador do folclore através de seus personagens que, fruto da realidade e construção histórica de um determinado contexto, exercem íntima influência no modo de pensar e agir dos sujeitos.

Nosso primeiro estudo toma como espaço a região Norte do país que, conforme mencionado no capítulo anterior, possui como lendas mais populares o Curupira, a sereia lara e o Boto. À luz dos estudos de José Nicolau Gregorim Filho (2012) e Laura Maria Silva Araújo Alves (2004), propomos uma interpretação em relação à recorrência dessas histórias em face da formação geográfica da região que, em sua maioria, é composta por florestas e águas.

Acredita-se que encantamento e temor do desconhecido desses elementos da natureza tenha sido fator norteador para dar embasamento às características comuns que encontramos nas referidas histórias. “Na lenda, o local é indicado com precisão, as personagens são indivíduos determinados, cujos atos têm fundamento aparentemente histórico e qualidade heroica”. (GÓES, 1991, apud GREGORIN FILHO, 2012, p. 16)

Devemos ressaltar ainda, diante dessa perspectiva, que os povos que predominam na região até os dias atuais são, em maior número, os de origem indígena, os quais baseiam suas crenças em elementos da natureza. Alves (2004) faz um adendo ao dizer que, embora se constate que as histórias contadas na Amazônia seguem alguma matriz, seja ela europeia, africana ou indígena, há um pano de fundo que é a sobrenaturalidade da Amazônia.

Portanto, em meio a lendas que fazem referência à flora e fauna da região, esses povos acreditam que tanto as plantas como os animais, os rios, os igarapés, os lagos e as cachoeiras possuem os seus protetores que exigem respeito e inspiram temor. Alves (2004, p. 5) afirma, ainda, nessa perspectiva, que tal cenário oferece uma floresta de símbolos que evocam elementos que acabam por se constituir como expressões da comunidade, uma vez que “a sobrenaturalidade ancora-se na natureza exuberante que fazem as histórias, sobretudo as lendas, não desaparecer porque nunca deixaram de existir na memória oral de seu povo”.

Na lenda do Boto, exposta no subitem da Região Norte do presente trabalho, trazemos um viés especial a fim de contribuir como elemento interpretativo. Buscamos nos aprofundar no assunto tomando como base a obra cinematográfica *Ele, o Boto*, de Walter Lima Junior (1987), que reconta a lenda amazônica a partir do envolvimento da filha de um pescador que engravida do Boto. Além de sedutor, é também fecundador, uma vez que é sabido que as mães solteiras o acusam de ser o pai das crianças de paternidade desconhecida. Ratificamos o exposto com base na contribuição de Alves:

[...] a lenda do boto serve como pretexto para moças solteiras ou casadas justificarem a gravidez sem casamento: “foi o boto”: dizem com muita convicção. Além disso, é a forma mais aceita pelos familiares da jovem casada para justificar a infidelidade e para as jovens solteiras virgens a justificativa de ter se “entregado” ao homem desconhecido devido o seu poder de encantamento. Sabe-se de inúmeros depoimentos sinceros de jovens mães, dando o boto como legítimo responsável”. (ALVES, 2004, p. 12)

Entretanto, a bibliografia nos aponta um fenômeno interessante a respeito da menção do boto sedutor. Segundo Câmara Cascudo (2001, apud, ALVES 2004, p. 12), não existia qualquer referência sobre essa figura até o século XIX. Alves

especula ainda que é presumível que a gênese dessa vertente da lenda do Boto tenha ocorrido no época da colonização, quando muitos senhores brancos mantinham relações fortuitas com escravas e índias e que, portanto, “é muito provável que ao boto foi atribuída a responsabilidade da paternidade que muitos senhores respeitados e de poder econômico da época do Brasil Colônia não tinham como reconhecer”.

Concordamos com a autora ao assumirmos que este fato vem corroborar com a perspectiva de que o discurso ideológico que circunda a lenda do boto nasce com o propósito de preservar os relacionamentos de muitos homens com mulheres que não podiam ser assumir.

Câmara (2009) apresenta que o contraponto da figura masculina do Boto é a lara, contudo menos apelativa. A partir da afirmação da autora que assegura ao elemento feminino o papel de guardiã das águas em diversas culturas, apontamos que o europeu trouxe a lenda da Sereia e, o africano, da Iemanjá; os índios nativos já tinham a sua “Mãe d’Água”. Câmara nos conta ainda que a lenda da lara muito se assemelha à *Moura Encantada* de origem portuguesa que, sob forma ofídica, se transformava em uma bela índia que seduzia os homens e os levava com ela para o fundo das águas. A autora é específica ao dizer que a Moura

“se transformava em uma mulher que refletia fisicamente a beleza nórdica, ou seja, era alva, loura e de olhos azuis. Há de se convir que tal biótipo mais provocaria medo e absolutamente nenhuma sedução entre os indígenas – dado o rechaço natural destes para com os índios albinos que se cria serem frutos espúrios de relações ilícitas”. (CÂMARA, 2009, p. 121)

Sabemos, portanto, que da lara se concebe uma figura mais próxima à realidade indígena e até mesmo mais adaptada ao seu contexto tropical. Trata-se, conforme mencionado, de uma belíssima jovem de pele morena, de longos cabelos negros e de olhos castanhos.

É a partir da afirmação de que “a lenda busca esclarecimentos simples para fenômenos complexos” (GREGORIN FILHO, 2012, p. 15) que apontamos hipóteses quanto à popularidade de outro personagem bastante comum no imaginário do folclore: o Curupira. Coincidentemente é outro personagem que carrega a

responsabilidade pelo desaparecimento de pessoas nas florestas da região amazônica.

Vale ressaltar ainda uma característica peculiar quanto aos personagens das lendas do folclore; são seres “humanos” ou até mesmo animais. Contudo, é neste ponto que acreditamos que distinguem-se dos mitos, cujo personagens são predominantemente deuses.

Frente a essa perspectiva, relembramos dois personagens que possuem a forma de animais: o Lobisomem e a Mula-sem-cabeça. Câmara Cascudo (2002) elucida que ambos são contribuições do colono europeu. O autor afirma ainda que na América pré-colombiana não existia a figura do Lobisomem, tampouco no Brasil pré-cabralino, embora sejam universais os mitos que lobos e humanos aparecem relacionados.

Em ambas as lendas é curioso perceber que remetem a elementos eclesiásticos em suas implicações. O Lobisomem, que faz de sua presa uma criança não batizada e a mulher que é amaldiçoada a transformar-se em Mula-sem-cabeça, resultado de um castigo por se apaixonar por um padre. Tanto a cerimônia batismal de crianças quanto a figura do padre são especificidades da Igreja Católica, artifício pelo qual o colono português utilizava-se para dominar os nativos que encontraram no Brasil, como remonta a história.

Acreditamos ainda que a versão da Mula-sem-cabeça está, de alguma forma, ligada ao controle pelo qual as famílias mais tradicionais procuravam impor sobre os envoltimentos amorosos de suas filhas. Funcionava, portanto, como uma maneira de controlar, ou seja, mantê-las nos padrões morais e comportamentais vigentes, através do recurso do medo. Quanto aos padres, como ainda hoje o celibato é uma das condições para o exercício eclesiástico, acreditamos que a lenda veio como uma maneira clara de coibir o envolvimento sexual dos mesmos, uma vez que implicava em maldições e exposições públicas, por exemplo como conta a lenda da Mula-sem-cabeça.

Câmara Cascudo (2002, p. 193) nos explica que a “tradição da transformação da mulher num animal liga-se a uma ideia de castigo individual por uma conduta sacrílega” e contribui da mesma forma que o corpo da mula foi escolhido para abrigar o espírito da fêmea pecadora devido à preferência e popularidade desse

animal para realizar viagens montadas, pelo fato de ser um animal resistente e seguro. O argumento é ratificado quando o autor diz que “a Mula, era, evidentemente, o animal mais próximo da pessoa do padre e nele, pela maior força de lógica, encarnar-se-ia quem fosse por Deus castigado por contato criminoso com seu ungido”. (Idem, *Ibidem*, p. 194).

Ainda na perspectiva animalesca das lendas, o autor classifica a Cuca como pertencente ao ciclo de pavores infantis que a noite traz, um elemento muito próximo ao *Coco* das tradições ibéricas, “Na Espanha significava um fantasma para assombrar *a los niños: A la ru ru, mi nene/ que viene el coco/ y lleva a los niños que duermem poco*”. (Idem, *Ibidem*, p. 204)

Tendo em mente, portanto, que Cuca e Coco são lendas que convergem, buscamos aporte teórico no autor para afirmar que é clara a influência negra no ciclo da angústia infantil e que, a exemplo do que se pretendia com as narrativas de contos de fadas, percebe-se nelas um nítido propósito disciplinador. Ainda hoje acreditamos que tais personagens são evocados embasados em uma “pedagogia do medo”, que serve como forma de controle de ações e dos gestos.

O argumento seguinte legitima a questão da ausência dos índios diante desse tipo de conduta para com os pequenos. “Não conheço, entretanto, nas tradições indígenas mais velhas e escoimadas de maiores influências estranhas, citação de entes fantásticos para amedrontar crianças e fazê-las dormir. As mães indígenas cantavam pedindo aos pássaros e animais do sono prolongado ou fácil que o emprestasse para o piá adormecer, tranquila e rapidamente.” (CÂMARA CASCUDO, 2002, p. 198)

Aproveitamos a evocação dos elementos indígenas para aqui expressar a presença do índio na lenda do Boitatá. Câmara Cascudo (2009, p. 51) afirma que os mitos indígenas foram os primeiros a serem catalogados e logo confundidos com os dos portugueses. “Confundiram-se uns, ajustaram-se outros, completando-se aqui, avivando características além.” Ainda sob os mitos indígenas, é possível perceber que a influência portuguesa não conseguiu deformá-los por inteiro. O que ocorre, na verdade, é praticamente o processo inverso, pois os portugueses popularizam tais mitos de uma maneira acelerada, ao passo que aceitavam os personagens típicos

do imaginário indígena como semelhantes aos seus, ou seja, capazes de praticar idênticas façanhas aos seus próprios personagens.

Apenas a título de complementação do estudo feito pelo autor, expomos outra categoria como sendo uma conseqüente reação mental dos índios frente ao inimigo estrangeiro e invasor, cuja imagem é por aqueles deformada:

“Esses monstros não têm função. A função é a legitimidade nos mitos indígenas. Um ser totalmente mau, inútil em sua ação destruidora, agredindo, matando, perseguindo, é sempre uma recordação do inimigo, do estrangeiro, memória do ataque inesperado e depredatório, de gente de fora” (CÂMARA CASCUDO, 2002, p. 218)

Por fim, expomos dois garotos negros bastante comuns nas lendas do folclore brasileiro que, no entanto, pouco ou nada se assemelham no que se refere aos seus desdobramentos e significados. Apresentamos, primeiramente, a figura do Saci-Pererê, que é sem dúvida uma das figuras mais populares do folclore brasileiro.

Vieira (2009) elucida que embora existam várias representações nas diversas regiões do país, o mito do Saci tem um vasto domínio no Brasil, o que ratifica a ideia de que é um dos mais populares. A autora contribui, à luz dos estudos de Anastásia (2002, apud VIEIRA, 2009, p. 31), que “foi a criação alegórica a partir dos mitos europeus, africanos e indígenas que formou o Saci-Pererê”, o que significa dizer, portanto, que o Saci é uma criação forjada a partir da mistura de várias entidades que estiveram presentes tanto no imaginário africano quanto no ocidental, já que possui características de entidades africanas, bem como de lendas indígenas, portuguesas, além ainda de duendes europeus, como cita a autora.

Entretanto, é preciso ter em mente que, apesar de diversas convergências com mitos do imaginário popular de distintas partes do mundo, o Saci, análogo ao que conhecemos hoje, é um mito brasileiro com características únicas e exclusivas, portanto, fruto do processo de desenvolvimento da cultura pela qual o país passou.

Mantendo o diálogo com a autora, trazemos o Saci, tal qual personagem fruto da criação de Monteiro Lobato. O criador, levado pela necessidade de afirmação da nação brasileira após o período colonial, busca inserir características reveladoras e marcantes da identidade nacional formada por elementos indígenas, luso e africanos. “Essa visão continua sendo propagada até hoje. Isso porque a formação

do povo brasileiro está centrada na visão de que o Brasil é uma nação multiétnica”. (LOPES, 2009, p. 65) Tal visão busca, contudo, “apagar as diferenças entre as três raças constituintes da miscigenação brasileira, reduzindo-as a contribuições de cada raça, das quais se teriam originado as qualidades do povo brasileiro”.

Estendemos nossa contribuição ao dividir relatos que explicam que o Saci perdeu sua perna em uma luta de capoeira e, apesar de unípede, o garoto era de uma agilidade surpreendente. Aqui, buscamos interpretar que a capoeira era uma modalidade de luta que foi trazida pelos negros africanos e era praticada como uma expressão de revolta contra o tratamento violento a que eram submetidos. Contudo, com o passar do tempo, a capoeira tornou-se em uma expressão cultural com cunho esportivo e musical.

Buscamos ainda interpretações sobre os objetos que o personagem tem como sua marca própria: o gorro vermelho e o cachimbo. Alves (2004, p. 7) afirma que o chapéu tem diferentes significados, no entanto, “nos contos populares há, entre objetos mágicos, o chapéu que torna invisível seu portador como, por exemplo, na lenda do Saci Pererê que usa a carapuça como símbolo para esconder suas traquinagens”. (ALVES, 2004, p. 7) Câmara Cascudo (2002, p. 135) confirma a acepção adicionando que a “carapuça vermelha do Saci é a explicação dos seus poderes sobrenaturais”.

Já o cachimbo remonta a uma antiga tradição de oferecer fumo aos viajantes. Câmara Cascudo afirma que essa implicação da lenda é um elemento fundamentalmente brasileiro, visto que os Sacis encontrados no restante da América do Sul não pedem fumo e sim fogo ou alimentos. “No Brasil, o indígena ensinou o colono a fumar. O beber-fumo era, para alguns, pecado rudemente castigado pelas autoridades eclesiásticas embora sem maiores fundamentos teológicos” (CÂMARA CASCUDO, 2002, p. 136)

Nesse momento, julgamos pertinente contribuir com o fato de que identificamos, por meio de buscas em sítios da *web*, duas Organizações Não Governamentais – ONGs que buscam preservar, valorizar e difundir a tradição oral, a cultura popular e os mitos e as lenda brasileiras. A SOSACI – Sociedade dos Observadores do Saci e a ANCS – Associação Nacional dos Criadores de Saci. Vieira (2009, p. 117), diante dessa perspectiva, sugere que as “transformações

culturais e tecnológicas advindas da globalização influenciaram consideravelmente as narrativas sobre o Saci, dando-lhes novas formas, sentidos, valores e modos de existência na sociedade”.

Tomamos como base os estudos de Gregorin Filho para tornar autêntica a ideia de que os personagens nascem em meio à vivência dos sujeitos que o criam, o que significa dizer que as representações simbólicas, enquanto processos determinantes de uma sociedade, possuem relação direta com as práticas materiais, tais quais configuram elementos determinantes da produção de sentidos. “Muitas vezes, a lenda constitui-se em desdobramento e amplificação de um acontecimento histórico sob domínio da imaginação popular”. (GREGORIN FILHO, 2012, p. 17)

Traçando um contraponto a essa figura, Câmara Cascudo (2002, p. 332-334) salienta que o Saci aliado ao cristão é uma anomalia inadmissível, ao passo que a lenda do Negrinho do Pastoreio é visivelmente cristã, portanto, divulgada com finalidades morais. “O Negrinho é sem pecado, uma vítima. É acessório à bondade de Nossa Senhora, madrinha dos que não a têm”.

Por meio de seus estudos ligados à geografia dos mitos brasileiros, o autor nos esclarece que o Rio Grande do Sul tem uma única lenda resultante da ligação do homem com o meio e a expressão típica do ambiente que a gerou. Procuramos dialogar com Gregorin Filho (2012, p. 16) com o intuito de ratificar a ideia de que “essa narrativa de ordem fictícia liga-se ao contexto histórico, ao espaço geográfico e ao povo que a cria para explicar fatos e fenômenos”.

Encaminhando para a conclusão, trazemos à tona o argumento de Gregorin Filho (2012, p. 15) que nos orienta que “a lenda ensina-nos a valorizar os interesses coletivos mais do que os individuais”. No entanto, sugerimos que as situações arquetípicas concebidas por meio das lendas remontam a aspectos de um inconsciente coletivo e que, através de seus personagens, abordam conflitos de ordem inconsciente que precisam ser evidenciados, colocados em questão a fim de serem discutidos e resolvidos.

Apontamos ainda que a cultura popular, como vimos, não é estática e imutável. Por mais que alguns elementos da cultura sejam muito próximos àqueles de gerações passadas, vários fatores como, por exemplo, as relações socioeconômicas, o novo modelo de comunicação ou até mesmo as ligações

interpessoais pressionam uma transformação que acolhe os elementos da contemporaneidade.

CAPÍTULO II – PARA UM TRABALHO PEDAGÓGICO COM LENDAS DO FOLCLORE BRASILEIRO

2.1) As lendas na educação infantil: um encontro de matrizes culturais

Falar em lendas brasileiras no contexto da Educação Infantil pode parecer, à primeira vista, um tanto estranho. Tendo em vista essa resistência, tomamos como base o documento que trata da Pluralidade Cultural inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997) e o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI (1998), ambos elaborados pelo Ministério da Educação, com vistas a elucidar a questão.

O documento que trata dos Parâmetros afirma que todo e qualquer indivíduo nasce no contexto de uma cultura e, ao longo de sua vida, ajuda a produzi-la. É explicitado o exemplo do homem que não sabe ler, escrever ou fazer contas, mas que, ainda assim, não pode ser considerado como um homem sem cultura e que, biologicamente falando, seria um ser incompleto, uma vez que não sobreviveria sem participação das pessoas e do grupo que o gerou.

Esse grupo, por sua vez, elabora códigos simbólicos a partir dos quais se produz conhecimento. A esse conjunto de códigos dá-se o nome de cultura. Dentro do grupo, o indivíduo é formado desde o momento de sua concepção nesses mesmos códigos sendo que, durante a infância, aprende os valores do grupo para mais tarde ser introduzido nas obrigações da vida adulta, seguindo, portanto, a maneira como cada grupo social as concebe.

Já o Referencial defende que o desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. O que significa dizer que, por meio das interações sociais, ocorre a ampliação dos laços afetivos que as crianças estabelecem umas com as outras e também com adultos. Esse processo contribui para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre os indivíduos sejam valorizadas.

As instituições de Educação Infantil constituem-se, por excelência, em espaços adequados para que se dê esse processo de socialização, uma vez que propiciam o contato e o confronto com adultos e crianças não só de várias origens

culturais, como também de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores, tornando, portanto, a diversidade como um campo privilegiado da experiência educativa.

Estabelecemos diálogo com Florestan Fernandes (1978) que reconhece o folclore como disciplina humanística e buscamos problematizar, em um primeiro instante, a respeito da sua presença no contexto de educação formal. O autor defende que a ação socializadora do folclore no contexto infantil se dá em dois planos: o das relações sociais, onde as crianças adquirem padrões de comportamento coletivo – com influências construtivas, uma vez que amadurecem a sua capacidade de atuação social – e um segundo que vincula-se fundamentalmente a uma antiga ordem social, pois visa transmitir composições tradicionais e gestos convencionais, elementos com os quais a criança entra em contato por meio de jogos e brinquedos.

No presente estudo propomos nos ater a um público mais restrito: as crianças de Educação Infantil. Faixa etária que hoje, de acordo com as definições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, compreende de zero a seis anos de idade. Por se constituírem como as primeiras oportunidades de educação formal na vida de um indivíduo, preconizamos a importância de que esse processo se dê com sucesso. Cultura e educação precisam dialogar, na escola, desde muito cedo. É de fundamental importância formar cidadãos com noção de pertencimento e desenvolver a mentalidade de valorização e respeito que não se limita ao que concerne à sua realidade, mas também referente as mais diversas civilizações.

Preconizamos que os professores, como figuras mediadoras desse primeiro contato formal dos elementos culturais que permeiam o imaginário popular com as crianças, não sejam reprodutores do conhecimento, mas sensíveis mediadores de um trabalho com as três matrizes - indígena, lusa e afro - fundantes da cultura brasileira, veiculadas nas lendas do folclore.

2.2) Ler ou contar? Entre a oralidade e a escrita

Tomando como ponto de partida a ideia exposta por Busatto (2011, p. 49) que apresenta a narração oral como um evento poético que se liga ao imaginário, por

conter em sua estrutura literária imagens simbólicas que funcionam como “hormônio da imaginação”, compreendemos que a mesma é um meio de acesso ao sagrado. A autora nos auxilia na compreensão do sagrado como o centro organizador de uma experiência, como força de unificação presente do homem. A metáfora aqui usada está para explicitar que o hormônio, como elemento fisiológico, age em pequenas doses e que, no entanto, quando diluído ainda assim mantém sua potência de ação.

A respeito do imaginário, Busatto afirma que este deve ser entendido como um vasto campo de possibilidades, que proporciona, entre tantas outras coisas, a compreensão e a aceitação de diferentes níveis de percepção da realidade.

A partir dele e das suas manifestações é possível retornar a matéria humana, e ressensibilizar o mundo e o ser humano. E isso pode ocorrer pelo aconchego oferecido pelas histórias; pelo embalo do acalento; pelo espírito de amorosidade que flui numa narrativa oral realizada com prazer. Por outro lado, contar histórias pode ser fermento para o imaginário. Elas nascem no coração e, poeticamente circulando, se espalham por todos os sentidos devaneando, gateando, até chegar ao imaginário. (BUSATTO, 2011, p. 58)

Nesse momento, faz-se necessário estabelecer diálogo com Azevedo (2007) uma vez que o autor situa a narratividade como característica central do conto popular e nos oferece elementos que elucidam quanto ao seu procedimento de construção. Além de auxiliar na maneira como estruturamos e compreendemos a experiência de vida por meio da sociabilidade e do contato dialógico com o outro, é de fundamental importância também na visão que temos de nós mesmos, já que é por meio das narrativas que tornamos a vida e o mundo interpretáveis.

Gregorin Filho (2012, p. 22) ratifica tais argumentos quando afirma que tanto na forma oral quanto na forma impressa, a literatura infantil é capaz de “promover o encontro do ser humano consigo mesmo, com o outro, com a cultura humana. Esse encontro abre a possibilidade de ampliar, transformar ou enriquecer a própria experiência de vida”.

Em face do exposto é inegável a importância de contar essas histórias para as crianças. Seja para o estímulo à imaginação, seja para constituir-se como ser humano percebendo-se em um contexto social, como quando utilizados contos populares como ferramentas para essa prática. A fim de refletir sobre esta, que é uma arte, trataremos de tons, ritmos e intenções enquanto fundamentos poéticos e teóricos que sustentam a narração oral.

Problematizamos que essa prática pode acontecer tanto por meio do exercício da leitura, quanto da contação. No primeiro exemplo, o professor, enquanto mediador dessa prática, deve manter-se fiel ao que está escrito no livro, preservando assim as palavras escolhidas pelo autor. Zumthor (2007) acredita que o texto, nesse contexto, é apenas uma oportunidade do gesto vocal, o que acaba por prolongar a voz do contador, de alguma maneira.

No desenrolar da trama, o maior recurso que o contador dispõe é a mudança no tom de voz para caracterizar os personagens, dar entonação aos diálogos, emprestar a voz às emoções. Caso esteja lendo um livro com ilustrações, a simultânea apresentação das imagens é um recurso que florea o potencial imagético. Esta pode e deve ser repetida ao final da leitura, com o intuito de familiarizar os alunos com o objeto do livro.

No contexto do imagético, é necessário colocar em diálogo as imagens do texto com as imagens do contador. O importante é acordar o texto que dorme no espaço do papel e permitir que ele habite, de maneira particular, o imaginário do contador e, ademais, permitir que esse processo ocorra no imaginário de cada criança ouvinte.

A despeito das possibilidades que a voz permite, Abramovich (2001, p. 21) estabelece que “o professor precisa curtir o ritmo que cada narrativa pede e até exige”. Busatto (2011, p. 62), por sua vez, nos introduz a ideia de imagens sonoras como “recursos poéticos propiciadores do encantamento, pingos de leite para os ouvidos do espectador da história narrada”. Nessa categoria, elencamos as onomatopeias, os fragmentos sonoros, as paisagens sonoras, alterações de voz, e até mesmo os silêncios que além de provocar uma ânsia do que está por vir, permitem o fluir da imaginação autônoma, não conduzida.

As pausas devem ser fornecidas aos ouvintes conscientemente com a entonação que as anuncia. O intuito precípua desses intervalos na contação é o de respeitar o tempo para o imaginário de cada criança ali ouvinte construir seu próprio cenário e adentrar nele, desenhar seus monstros com o tamanho que conseguir fantasiar, sujeitar-se às emoções dos personagens ou que o enredo carrega, enfim, sonhar até onde sua imaginação lhe permitir.

No entanto, deve-se ter em mente que esses recursos devem ser utilizados sem abusos e em passagens previamente escolhidas no texto, passagens nas quais se encaixam com precisão.

Trazemos ainda a contribuição de Busatto (2011, p. 36) com o intuito de tornar claro o entendimento de performance como “uma ação que comunica a obra, onde a obra é aquilo que se transmite poeticamente, composta pelo texto, ritmo, intenções”.

Entendendo a narração oral como uma performance que revela “um ato coletivo e interativo em que o emissor e receptor entram em consonância no momento presente, envolvidos por sons e silêncios, movimentos e quietudes, num pulsar de afetos que transcendem o espaço físico onde ocorre a ação” (BUSATTO, 2011, p. 36), buscamos aprofundar, em Zumthor (2007, p. 31), que essa performance exige competência, “é um saber que implica e comanda uma presença e uma conduta”.

Percebemos tamanha responsabilidade do professor enquanto facilitador e moderador dessa prática. Lendo uma história de outrem ou contando com suas próprias palavras, a maior tarefa do educador é despertar o interesse de seus alunos e transformar o momento em passaporte para o imaginário. O educador deve ter consciência de que tem um corpo falante e expressivo.

No instante em que o contador de histórias movimenta-se no espaço, acreditamos que ele está não apenas conduzindo o olhar, chamando a atenção de sua plateia, mas, principalmente, provocando a ilusão de que aquilo de fato existe. Isso implica que o contar histórias, através dos movimentos, cria cenários, personagens e até ações, ou seja, dá corpo ao que até então era inexistente.

A imagem corporal antes de ser uma mímica da ação é um traço que preenche o espaço, traz a forma, o contorno, tem peso, consistência,

direção e dimensão. É uma descoberta do contador de histórias, um fragmento da sua intuição que se manifesta no momento certo e que provoca no ouvinte-vidente uma condição para imaginar a cena construída. (BUSATTO, 2011, p. 64)

Ambas as práticas, leitura ou contação, demandam um momento introdutório. Abramovich (2001) é muitíssimo feliz ao sugerir que a melhor maneira de começar as histórias é através de uma senha mágica, como, por exemplo, “Era uma vez...”.

No caso do livro, esse momento vem acompanhado com a apresentação do autor, a justificativa da escolha e a possibilidade de o contador introduzir o ouvinte no espaço e tempo em que a história se passa. Na contação, por sua vez, é substancial que se faça uma breve apresentação do enredo, que serve como um guia da atividade, e possíveis acertos quanto à prática, como o momento de as crianças indagarem as dúvidas ou fazerem contribuições. Ao final, ambas as práticas convertem-se, portanto, quanto ao espaço que deve ser ofertado para discutirem a história, de maneira que as crianças apresentem suas opiniões.

Levando em conta que tanto a contação quanto a leitura são um convite para explorar o mundo da ficção e a riqueza da linguagem literária, sugerimos que sejam largamente ampliadas as utilizações de narrativas folclóricas para dar vida a essas práticas.

Nos embasamos nas ideias defendidas por Azevedo (2007, p. 8), uma vez que propõe que por meio dos contos populares tenhamos “a oportunidade de entrar em contato com temas que dizem respeito à condição humana vital e concreta, suas buscas, seus conflitos, seus paradoxos, suas transgressões e suas ambiguidades”.

O elemento exposto suscita outro questionamento; através das lendas do folclore brasileiro, possamos não só criar oportunidades de contato com o mundo, mas também abrir uma excelente brecha para a introdução da literatura às crianças.

Não se trata aqui de aplicar “fórmulas mágicas”, inclusive porque os processos de estímulo e incentivo ao se contar uma história são infinitos, contudo, o que vai determinar a eficácia destes é a maneira como o contador os utilizará. Entretanto, buscamos contribuir com alguns elementos com o intuito de enriquecer esse momento para ambas as partes; os professores, como educadores que

transmitem conhecimentos e valores e sobretudo almejam resultados e as crianças em processo de formação e desenvolvimento.

Concluimos, defendendo a perspectiva de que essa oralitura (literatura oral) inaugural aqui exposta acomodará interesses vitais e genuínos a fim de suscitar consciência e interesse sobre sua própria cultura e também auxiliará no desenvolvimento da sensibilidade para conhecer e respeitar as particularidades das culturas que constituem as matrizes da identidade brasileira.

2.3) Clima, recursos e estratégias para a contação de lendas

Apresentamos aos professores, nessa seção, algumas possibilidades de intervenção diante do trabalho com lendas do folclore brasileiro. Alertamos, contudo, que o professor deve ser criativo tanto em suas práticas quanto no uso de recursos materiais. Não se prender a padrões específicos, mas fazer uma análise minuciosa com o intuito de perceber qual a maneira mais interessante de transmitir a história para as crianças.

Gregorin Filho (2012, p. 19-20) divide o processo de preparo para a contação de lendas em três passos: no primeiro, sugere que o texto seja segmentado com a intenção de encontrar um sentido central – uma frase, uma palavra, uma imagem que represente cada momento da narrativa; o segundo é marcado por um processo de identificação de qualidades que diferenciem cada parte através de adjetivações e objetivas descrições dos elementos; o terceiro, por sua vez, busca uma compreensão significativa dos personagens enquanto agentes da trama.

Machado (2004, apud, Gregorin Filho, 2012) agrega mais três elementos à prática de contação de lendas: a intenção, o ritmo e a técnica, resultantes de um estado de presença do contador.

A intenção é “o que move e confere sentido ao narrar” (Idem, *Ibidem*, p. 20). Esse elemento deve suscitar, no contador, a indagação: “Porque contar essa história?”. Deve-se delimitar em que esse enredo poderá contribuir no processo de desenvolvimento da criança.

O ritmo refere-se à criação de um movimento como, por exemplo, o da respiração para a narrativa, a fim de despertar no ouvinte imagens táteis, olfativas e sonoras.

A técnica é o elemento mais robusto dos três citados pela autora e diz respeito ao domínio do instrumental. A preparação geral é o passo primordial dessa fase e inclui a investigação de recursos internos e externos, a constituição de um acervo, de um repertório e a pesquisa quanto aos inícios e finais possíveis para o enredo. Já a preparação para contar a história escolhida trabalha a estrutura, os personagens, o clima e recursos como objetos que irão compor o cenário, músicas e luzes. O momento de contar também requer uma preparação que não se restringe à escolha de um espaço acolhedor, mas envolve um convite à inauguração da experiência.

Buscamos contribuir com elementos que enriqueçam o processo embasados nas ideias de Garcez (2008) quando a autora sugere que a “Hora do Conto” seja um internalizado pelas crianças, como um momento mágico e muito desejado. Todavia, o tema a ser abordado deve ser associado com a vida em um momento informal que antecipa a apresentação da história.

Na perspectiva visual, recursos como flanelógrafos, imagens projetadas através de slides, livros interativos e até mesmo adereços característicos de cada personagem podem ser explorados com o intuito de estimular a percepção visual e despertar a fantasia do que está sendo ali exposto. Fantoques para as encenações e dramatizações também contribuem nesse intuito.

Contudo, independente dos recursos, o professor deve situar a criança no contexto da história por meio de uma introdução, uma espécie de inserção prévia de alguns elementos que surgirão naquele enredo. Colocar o personagem no cenário e criar uma relação das crianças com as figuras que estão sendo evocadas é muito importante para suscitar um sentimento de pertencimento.

Um elemento que acreditamos ser de grande valia na criação de um clima de contação de histórias é a possibilidade de mudar de ambiente para realizar a atividade. Desde o pátio ou jardim da própria escola até uma visita ao museu da cidade, o leque de possibilidades a serem exploradas com essa atmosfera distinta é bastante significativa, se bem conduzida.

Quanto às atividades relacionadas à compreensão e exploração da história, o desenho é uma técnica bastante comum e eficaz, sobretudo quando aliada a atividades de recapitulação que estimulam tanto a memória e a imaginação, quanto a capacidade de síntese do aluno. Este também pode ser desafiado a contar a história utilizando suas próprias palavras e contribuir com sua opinião sobre o enredo e os personagens, bem como qual a atitude tomaria se estivesse na história.

Nesse contexto, é de fundamental importância a concepção das histórias como “situações problemas” que auxiliem as crianças nos processos de administração de sentimentos. Por exemplo, o medo suscitado através do sobrenatural característico dos personagens do folclore brasileiro. Abramovich (2001, p. 125) contribui que os medos estão presentes no cotidiano de todos e “convivem, dum jeito ou de outro, numa intensidade ou noutra, que se aprende a enfrentar, a desviar, a superar, a substituir, com os quais se aprende a conviver ou a lidar”.

Ainda sobre o exercício de recapitulação das histórias contadas, o professor pode trazer materiais como massinha ou argila, direcionando seus alunos a construir os elementos e personagens tratados no enredo, deixando a imaginação fluir. Alertamos que o professor deve ter em mente que não se deve transformar objetos recheados de significados e histórias em meras peças decorativas que irão compor a exposição de trabalhos sem contexto. Deve-se fazer um aprofundamento de maneira a explorar ao máximo a problemática exposta com o intuito de contribuir no desenvolvimento das crianças, levando em conta a faixa etária das mesmas.

CAPÍTULO III – PESQUISA EXPLORATÓRIA

3.1) Metodologia

Ao passo que estudos quantitativos procuram, em sua maioria, seguir rigorosamente um plano estabelecido previamente – baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis rígidas –, a pesquisa qualitativa assume um caráter que visa a construção da realidade por meio de dados descritivos obtidos através do contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo. Em detrimento dos instrumentos estatísticos, a pesquisa qualitativa não tem por finalidade enumerar ou medir eventos.

É importante citar, no que se refere à metodologia, que a pesquisa qualitativa responde, segundo Minayo (1994), a questões muito particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado: “A pesquisa trabalha com o universo e significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21 e 22).

O desenvolvimento metodológico da pesquisa qualitativa foi concebido, no presente trabalho, por meio de um instrumento de complemento de frases. O objetivo foi realizar uma investigação de modo a favorecer a expressão da subjetividade dos participantes por meio de uma revisita às memórias e percepções através do exercício da escrita.

O instrumento de complemento de frases foi uma ideia que surgiu ao longo do trabalho, uma vez que é na última semana do mês de agosto que as escolas, em sua grande maioria, trabalham com a temática do Folclore Brasileiro. No ano de 1965 foi institucionalizado pelo Congresso Nacional o dia 22 de agosto como o dia do Folclore Nacional, portanto, devido à atualidade e pertinência do tema, convidamos as professoras a compartilhar suas experiências no trabalho desenvolvido com as crianças, não restringindo, no entanto, a expressão dos professores ao trabalho realizado apenas na semana do folclore.

Utilizamos-nos de uma plataforma *online* de formulários para criar nosso instrumento de pesquisa e, através das redes sociais, disseminamos a pesquisa, delimitando nosso objeto com claras instruções ao público no qual se direcionava.

Para o exercício, buscamos embasamento teórico em González Rey (2002, p. 53). O autor caracteriza o sujeito pesquisado como ativo no curso da pesquisa, distanciando-se de um simples reservatório de respostas que, “na realidade, não responde linearmente às perguntas que lhe são feitas, mas realiza verdadeiras construções implicadas nos diálogos nos quais se expressa”.

Aprofundando um pouco mais na ideia defendida pelos autores de que o instrumento aberto facilita a expressão do sujeito em toda sua complexidade, formulamos nosso instrumento de complemento de frases a partir de uma frase motivadora seguida de espaços que foram preenchidos de acordo com as particularidades de cada sujeito da pesquisa, bem como o que lhe foi conveniente partilhar, deixando-o à vontade em sua expressão própria.

3.2) Análise

Desenvolvemos o instrumento de pesquisa com o escopo de investigar como se desenvolve o trabalho pedagógico relativo ao tema folclore brasileiro no contexto da Educação Infantil. Para isso, elaboramos frases motivadoras com o intuito de estimular a livre expressão dos sujeitos da pesquisa. Algumas questões foram inseridas com a formatação de múltipla escolha, apenas com a intenção de facilitar na apuração dos resultados, uma vez que inseriam-se apenas na ordem de mapeamento.

Em face disso, muito foi discutido quanto à elaboração da frase motivadora em virtude de que, esse exercício, constitui-se como um dos elementos de maior importância. Partimos da ideia de que a forma como a questão é elaborada exerce íntima influência no que esta despertará no respondente, podendo coibir atitudes, direcionar conclusões e até mesmo deturpar respostas.

Em um primeiro momento, pensamos em desenvolver um modelo de pesquisa cujo pesquisador exercesse papel de mediador. Esse tipo de trabalho não foi possível devido principalmente ao alcance geográfico que se almejava atingir.

Assim, o questionário foi respondido em uma plataforma *online*. Na presente pesquisa, utilizamo-nos da plataforma *Typeform* em detrimento ao comumente utilizado *Google Docs*, uma vez que aquela sai à frente na prestação desse tipo de serviço devida a sua interface intuitiva, o que oferece uma melhor experiência tanto para o sujeito que responde a pesquisa quanto ao pesquisador nos momentos de construção e de análise.

Hospedamos a pesquisa no sítio da web no mês de setembro de 2013 e divulgamos nas redes sociais, em grupos de interesse na área de educação. Desde então obtivemos o número de 261 acessos, porém com um índice de conclusão dos preenchimentos por volta de 5%, ou seja, 11 respondentes. Indagamos que o baixo índice de respostas concluídas se dê pelo caráter efêmero da *internet* em si e que, portanto, a temporalidade nesse meio supõe intervenções curtas e mais superficiais. Destacamos ainda uma maior liberdade dos participantes, quando anônimos e não presentes fisicamente.

A despeito do reduzido número de respondentes, foi possível construir um diagnóstico de como o folclore é concebido e está sendo trabalhado com as crianças da Educação Infantil, visto se tratar de uma pesquisa em que as informações de ordem qualitativa constituem o cerne de nosso interesse.

Começamos mapeando as contribuições que, majoritariamente, advieram da região Centro-Oeste. Entretanto, pode-se ainda verificar um índice significativo de escolas que se localizam na região Sudeste do Brasil.

A despeito da idade das crianças, deve-se fazer uma ressalva quanto à forma na qual foi elaborado o convite para a pesquisa. Procuramos deixar claro que o público respondente do instrumento se limitava apenas aos professores de Educação Infantil. A maioria dos professores respondeu a pesquisa com base na atuação com crianças com quatro anos de idade. Em segundo lugar, professores que trabalham com a faixa etária de três anos. Por fim, pouco menos de 20% dos respondentes atuam com crianças de cinco anos.



Figura 1. Amostragem de faixa etária

Sondamos também as ocasiões em que o conteúdo Folclore Brasileiro figurava nas salas de aula. Unâimes são as respostas que aludem sua importância destacada apenas em agosto, instituído como mês do folclore. Porém uma resposta nos chamou muito a atenção, ao mencionar que o conteúdo era também evocado no mês de outubro, ocasião na qual a escola celebrava a festa de *Halloween*¹, como depois explicado pela respondente.

A respeito das atividades que são desenvolvidas com relação ao conteúdo Folclore Brasileiro, as professoras compartilharam que realizam, em sua maioria,

¹ Instituído como o Dia das Bruxas em países de língua inglesa, com especial relevância nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Irlanda.

atividades de pintura, desenhos e colagem. Algumas utilizam-se ainda de recursos como a dramatização e a musicalização. Outras aproveitam a temática para inserir conteúdos, como descreve uma contribuição que menciona o trabalho realizado na exploração das letras iniciais dos principais personagens e a escrita lacunada. Há ainda educadores que vão mais a fundo na exploração de conteúdos que contêm imbricações dos temas, tal como parlendas e trava-línguas.

Podemos perceber, no entanto, que as atividades caracterizadas pelos professores como sendo folclóricas são, de maneira geral, fragmentadas e descontextualizadas. Aparecem mais como uma forma de cumprir um calendário de atividades, o que parece indicar a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre as práticas, que conceba o folclore verdadeiramente como parte de um todo social.

Quando indagados sobre as lendas mais frequentemente trabalhadas em sala de aula, confirmamos a popularidade do Saci-Pererê, Iara e Curupira. Esses três personagens figuram em 100% das respostas. Em segundo plano, no que diz respeito à menção das lendas, o Boto, Boitatá e Mula-sem-Cabeça aparecem empatados quanto ao seu índice de alusão.

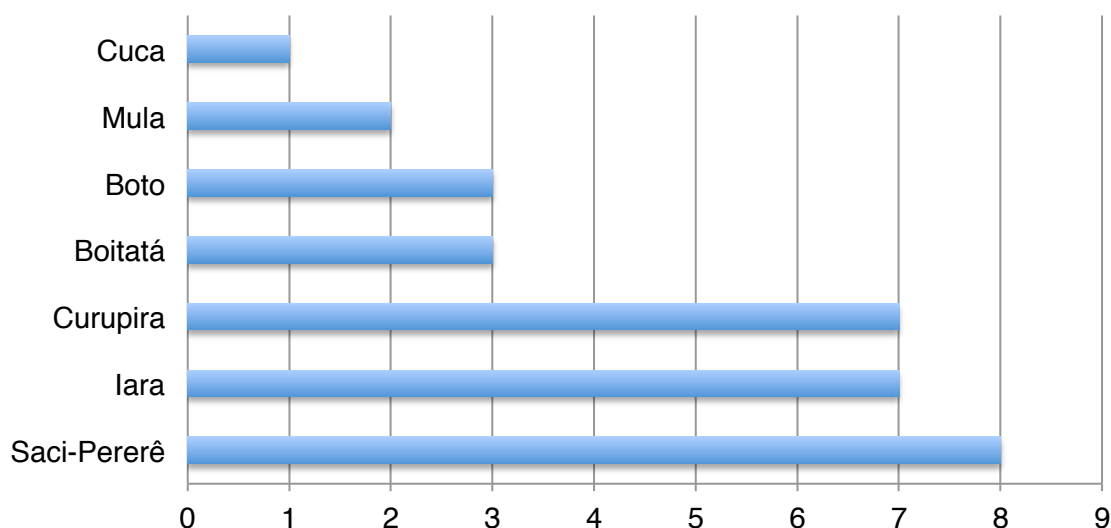


Figura 2. Tabela representativa dos índices de menção das lendas mais frequentemente trabalhadas em sala de aula

Posteriormente, quando questionados ao que as levaram a trabalhar com as lendas mencionadas, o índice de popularidade das histórias foi o aspecto mais

relevante. O conhecimento prévio do assunto também aparece em algumas respostas com o intuito de justificar a escolha.

Elaboramos a seguinte frase motivadora com o propósito de sondar concepções das professoras a respeito do folclore brasileiro: “Se eu tivesse que definir o que são lendas do Folclore Brasileiro para um extraterrestre, eu diria que...”

Na elaboração de tal frase nos preocupamos em desestimular primordialmente dois aspectos: a busca por um conceito fiel, teórico, pretensioso ou acadêmico e, principalmente, a utilização de sítios de busca com a finalidade apenas de reproduzir ideias gerais sobre o assunto; preocupação esta que se deu devido à utilização de uma plataforma *online* na distribuição da pesquisa.

Por meio de um sujeito que, por razões óbvias, não seria passível de conhecer nada sobre a cultura brasileira, utilizamo-nos da figura do “extraterrestre” para investigar como é ensejada a questão aos indivíduos que pouco ou nunca tiveram iniciação aos assuntos humanos.

Essa questão evidenciou que as concepções de folclore entre os professores da Educação Infantil são, de um modo geral, respostas pré-elaboradas reduzidas à expressões simplistas, como é o exemplo de “transmitido de geração em geração” que figuram em mais de 90% das reações expostas pelos sujeitos.

É possível observar ainda que ocorre uma espécie de equívoco na percepção de folclore quando o mesmo é definido com as abrangências de cultura. Ao perceber que as lendas do folclore brasileiro “*são histórias inventadas por pessoas e passadas de geração em geração*”, “*são as manifestações de cultura passadas através de gerações e gerações*”, verificamos que o “saber cultural” ainda é confundido com o conjunto de tradições, lendas e crenças populares de um povo em determinada região. Verificamos que tais concepções são, em grande parte das vezes, tomadas como sinônimas, sem se preocupar no aprofundamento que o folclore exige como a ciência das tradições e usos populares dos elementos da cultura popular de um povo.

Quando convidadas a exporem suas opiniões a respeito do trabalho com lendas do folclore através do complemento da frase “*Na minha opinião, trabalhar com lendas do Folclore Brasileiro na Educação Infantil...*”, obtivemos um dos maiores índices de diferenciação nas respostas. Algumas professoras se ativerem em

destacar a importância da prática *“para o desenvolvimento das crianças”, “pois evoca as manifestações culturais de diversas regiões do país”, “mantêm a cultura e história brasileira vivas”, “uma vez que é um conhecimento popular que deve ser difundido a todos” e “situa a criança no seu contexto sociocultural”*. Entretanto, outras respostas destacam questões como a interdisciplinaridade, elemento gerador de uma aprendizagem mais significativa, como, por exemplo; *“A cada ano que passa, tento aprofundar mais no tema. É de grande riqueza, pois podemos trabalhar com a interdisciplinaridade, e é um tema de interesse das crianças, gerando aprendizado muito significativo”*.

Houve ainda quem discordasse com relação à idade em que se deve trabalhar as lendas *“Acho que a lenda precisa ser trabalhada com cuidado, uma vez que as histórias podem ser um pouco pesadas para determinadas idades” e “Não acredito que seja necessário trabalhar com as lendas para todas as idades, pode-se, na minha opinião, deixar a lenda em si para o primeiro ano, trabalhando outros pontos do Folclore Brasileiro, como brincadeiras, parlendas.”*

Podemos perceber, por meio dessa questão, dois pontos: a importância da temática e a dificuldade de dar vida à prática em um contexto de Educação Infantil. Buscamos encontrar explicações frente a essa problemática por meio de contribuições compartilhadas na pesquisa quanto à reação das crianças. Cerca de 40% das professoras dividiram a informação de que os pequenos sentem medo em relação aos personagens das lendas. Contudo, de modo geral, podemos verificar que as reações são positivas. Alguns recebem as histórias com muito entusiasmo.

Entretanto, prevíamos que tal dificuldade pudesse figurar, mesmo como um elemento apresentado inconscientemente pelos sujeitos. Nesse sentido, formulamos uma questão de maneira a convidar os professores a compartilharem os obstáculos enfrentados no trabalho com lendas do Folclore Brasileiro na Educação Infantil. Algumas contribuições apontaram que *“pouco se inova na abordagem e realização das atividades”*. Outras, todavia, mencionaram que *“os finais dramáticos das histórias”* atrapalham que o processo se dê com êxito. No rol de contribuições há ainda sugestões de *“melhorar os personagens que, em geral são ruins, tentando diminuir o terror que existe nas lendas”*.

Todos os elementos apresentados como dificuldades desse processo são discutidos através das contribuições expostas no presente estudo. No entanto, uma participação em especial nos chamou à atenção ao mencionar que *“há famílias que não gostam que falemos porque são Cristãs, e acham que falar sobre as lendas pode influenciar as crianças deles negativamente”*. Observamos que o estudo de elementos do folclore, como fruto de uma cultura multiétnica, ainda é um processo marginalizado devido às questões relativas às suas implicações. Percebemos, ainda nesse contexto, posturas xenófobas que discriminam manifestações alheias às suas convicções.

Essa postura entra em confronto com o processo de dessacralização defendido por Azevedo (2007), que sugere que, com o passar do tempo, as narrativas míticas, oriundas das mais diversas culturas, deixaram de ser interpretadas com fé religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o que foi discutido no presente trabalho, expomos o folclore como uma parte integrante da vida social que está imbricada aos processos e relações sociais e, nesse contexto, é indiscutível a sua função socializadora, especialmente junto às crianças. Acreditamos que através de cantigas, danças, contos, brincadeiras, festas, adivinhas e lendas é possível a transmissão de valores, experiências e tradições. Essas realidades, mesmo com os fortes impactos resultantes da modernização tecnológica, não desapareceram.

Contudo, aos professores cabe a mediação da transmissão destes conhecimentos. Ressaltamos que, entre a origem e a escola, a verdadeira essência destas histórias corre enorme risco de ser distorcida e, até mesmo, perdida; transformando objetos repletos de significados em meras peças decorativas. Ensinar Folclore evidencia-se, então, em uma postura educativa mascarada de ações simplistas e caricaturais.

Dessa forma, buscamos elencar contribuições quanto aos personagens que povoam o imaginário popular com o intuito de discutir suas origens, interpretações e variações. Acreditamos que tais investigações venham a estimular os professores a aprofundarem-se no trabalho que estão propondo a seus alunos no sentido de enriquecer as práticas relativas ao tema quando estas estão permeadas de história e significados.

Com a ampliação no enfoque desse processo, acreditamos que plantamos a semente da sensibilidade para o reconhecimento e o respeito dos traços característicos de cada cultura fundante da identidade brasileira. Manter uma atitude respeitosa para com os outros é capacitar para o respeito a si mesmo, bem como descobrir outras culturas, no rigor de sua pureza, é estabelecer parâmetros para tomar consciência de sua própria cultura.

Por fim, reiteramos ainda que a escola, desde a Educação Infantil, deve aprofundar as questões expostas nesta dissertação e discuti-las enquanto parte do seu projeto político-pedagógico.

PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Concluo mais uma etapa da minha vida com a sensação de ser um “divisor de águas”. Acredito que a minha formação acadêmica é um acontecimento que impõe mudanças em relação a uma postura mais consciente e responsável no que diz respeito ao próximo. E, autônoma, no que tange a um processo contínuo de aprendizagem.

Enquanto educadora e cidadã almejo promover a mudança do nosso país através de atitudes, valores e conhecimentos que pretendo transferir aos meus alunos.

Gostaria de atuar em sala de aula, como professora do ciclo básico de educação. Paralelamente, pretendo estabelecer diálogo com o Ministério da Educação afim de dar sequência nos estudos referente a temática. Com o intuito de esboçar um panorama mais próximo da realidade em todas as regiões do país, vislumbro ampliar o alcance da pesquisa.

Ademais, devido ao envolvimento com do folclore brasileiro, fruto da qual resultou esse trabalho, gostaria de atuar junto aos centros de pesquisa, difusão e fomento das expressões, dos saberes e fazeres do povo brasileiro com a intenção de aprofundar meus conhecimentos no que concerne ao tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil. Gostosuras e bobices.** Editora Scipione. São Paulo, 2001

ALMEIDA, Renato. **A Inteligência do Folclore.** Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1957.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. **Dialogismo cultural no discurso do intertexto: traços da mitopoética amazônica nas narrativas de crianças.** Universidade Federal do Pará. Bélem, Pará, 2004. Disponível em <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT16/GT4.PDF> Acesso em: 23 de outubro de 2013

AZEVEDO, Ricardo. **Literatura Infantil: origens, visões da infância e certos traços populares.** Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/Literatura-infantil.pdf> Acesso em: 30 de agosto de 2013

AZEVEDO, Ricardo. **Conto popular, literatura e formação de leitores.** Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.ricardoazevedo.com.br/wp/wp-content/uploads/Contos-populares.pdf> Acesso em: 30 de agosto de 2013.

BENJAMIM, Roberto. **O conceito de folclore.** Universidade de Campinas, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade, cultura, orientação sexual / Secretária de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. Brasiliense, 1984.

BUSATTO, Cléo. **A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2011.

CÂMARA, Yls Rabelo. **Sereia Amazônica, Iara e Yemanjá, entidades aquáticas femininas dentro do folclore das Águas no Brasil**. *Agália: Publicação internacional da Associação Galega da Língua* 97, (2009): 115-130.

CAMARANI, Laura Amábile de Carvalho Ferreira. **O Folclore Brasileiro no Direito Ambiental Constitucional**. Universidade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo, 2008.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Geografia dos Mitos Brasileiros**. São Paulo. Global Editora, 2002.

CAVALCANTI, Maria Laura. **Entendendo o folclore**. Boletim “Um salto para o futuro” , (2002). Disponível em http://www.cnfcp.gov.br/pdf/Maria_Laura/CNFCP_Entendendo_Folclore_Maria_Laura_Cavalcanti.pdf Acesso em: 5 de outubro de 2013

DEZEN, Junior Gabriel. **Constituição Federal em Esquemas**. Brasília: Vestcon 2012.

Folclore Brasileiro. In WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2013. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Folclore_brasileiro Acesso em: 20 de novembro de 2013

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **Ler = Muito Prazer. Orientações para o trabalho com a formação de leitores e com a literatura infanto-juvenil.** Conhecimento Editora. Brasília, 2008.

GONZÁLEZ, Rey, F. L. & Mitjáns Martínez, A. **La personalidad: su educación y desarrollo.** Habana: Pueblo y Educación, 1989.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GREGORIN FILHO, José Nicolau (Org.) . **Literatura Infantil em Gêneros.** 1. ed. São Paulo: Editora Mundo Mirim, 2012.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva.** Edições Loyola, 2007.

MAGALHÃES, Elza Pestana. **Lendas do Brasil.** Barueri, São Paulo. Editora Girassol, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1994.

O BOTO, Ele. Direção: Walter Lima Júnior. Brasil, 1987. 106min , cor.

PINTO, Inami Custódio. **Folclore: aspectos gerais.** Editora Ibpex, 2005.

VIEIRA, Maressa de Freitas. **O saci na tradição local no contexto da mundialização e da diversidade cultural.** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** Cosac Naify, 2007.

	Minha escola localiza-se na Região:	Atuo como professor(a) na Educação Infantil com crianças na faixa etária de:	No conteúdo programático da sua escola está previsto o trabalho com lendas do folclore brasileiro?	Na minha escola trabalhamos com lendas do Folclore Brasileiro nas seguintes ocasiões:
RESPONDENTE 1	Centro-Oeste	4 anos	Sim	Na época do folclore brasileiro previsto em calendário
RESPONDENTE 2	Centro-Oeste	4 anos	Sim	Os temas são explorados em diferentes trimestres a partir do tema a ser explorado. Dia do folclore, na exploração de lendas, parlendas e trava-línguas no contexto de linguagem oral e escrita e hábitos e costumes dos povos de antigamente, como brincadeiras e brinquedos.
RESPONDENTE 3	Centro-Oeste	3-4 anos	Sim	Dia do folclore: 22 de agosto

	Minha escola localiza-se na Região:	Atuo como professor(a) na Educação Infantil com crianças na faixa etária de:	No conteúdo programático da sua escola está previsto o trabalho com lendas do folclore brasileiro?	Na minha escola trabalhamos com lendas do Folclore Brasileiro nas seguintes ocasiões:
RESPONDENTE 4	Centro-Oeste	3.e 4 anos	Sim	Perto do dia do Folclore.
RESPONDENTE 5	Centro-Oeste	1.anos	Sim	Semana da data do folclore.
RESPONDENTE 6	Sudeste	3 anos	Sim	Apenas com crianças de 5 e 6 anos.

	Minha escola localiza-se na Região:	Atuo como professor(a) na Educação Infantil com crianças na faixa etária de:	No conteúdo programático da sua escola está previsto o trabalho com lendas do folclore brasileiro?	Na minha escola trabalhamos com lendas do Folclore Brasileiro nas seguintes ocasiões:
RESPONDENTE 7	Sudeste	3.anos	Sim	Semana do folclore em agosto.
RESPONDENTE 8	Sudeste	1.anos	Sim	Dia do folclore, mês de agosto
RESPONDENTE 9	Centro-Oeste	1.anos	Sim	No mês de agosto, quando é celebrado a semana do folclore.

	Minha escola localiza-se na Região:	Atuo como professor(a) na Educação Infantil com crianças na faixa etária de:	No conteúdo programático da sua escola está previsto o trabalho com lendas do folclore brasileiro?	Na minha escola trabalhamos com lendas do Folclore Brasileiro nas seguintes ocasiões:
RESPONDENTE 10	Centro-Oeste	3-4 anos	Sim	Dia do folclore.
RESPONDENTE 11	Sudeste	5 anos	Sim	Semana do Folclore no mês de agosto e celebração do Halloween, em outubro.

	As lendas mais frequentemente trabalhadas em sala de aula são:	O que levou você a trabalhar com as lendas mencionadas no item anterior?	Em relação ao conteúdo Folclore Brasileiro são desenvolvidas atividades como:	Para trabalhar com Folclore Brasileiro utilizei recursos como:
RESPONDENTE 1	Iara Boto Saci Curupira	São mais populares	Desenhos realizados pelas crianças	Imagens da internet e livros literários com imagens
RESPONDENTE 2	Saci Perere, Iara, Curupira, Boitatá, Mula sem cabeça etc.	Temas como meio ambiente, o dia do folclore e histórias recontadas por Mauricio de Sousa.	Recontos de lendas, exploração oral de parlendas e trava-línguas, atividades de recorte, colagem e pintura, escrita lacunada, exploração das letras iniciais dos principais personagens do folclore, projeto de brinquedos e brincadeiras de antigamente e jogos.	Livros paradidáticos, fantoches, vídeos e filmes, tinta, papel.
RESPONDENTE 3	Mula-sem-cabeça, Saci, Curupira.	São as lendas mais populares.	teatro, cantigas, pintura e desenho	Fantoches, papel, tinta, canetinha, aparelho de som

	As lendas mais frequentemente trabalhadas em sala de aula são:	O que levou você a trabalhar com as lendas mencionadas no item anterior?	Em relação ao conteúdo Folclore Brasileiro são desenvolvidas atividades como:	Para trabalhar com Folclore Brasileiro utilizei recursos como:
RESPONDENTE 4	Saci-Pererê, Sereia Iara.	Todos os anos nós trabalhamos mais com esses, então é o costume. Já temos várias figuras para as crianças utilizarem.	Contamos histórias sobre as lendas, fazemos atividades com música (cantar e dançar) atividades de colorir, recortar e colar.	O som, a TV, recortes de papel, gravuras no papel xerocado.
RESPONDENTE 5	Saci perere, mula sem cabeça e Iara.	Conhecimento prévio.	Conto das histórias do Folclore e conhecimento dos personagens. Depois tema inserido nos conteúdo, como letra I : Iara, letra B: Boto cor de rosa. Além de atividades de artes, com o tema, para decorar a escola na semana do Folclore.	Livros, músicas, desenhos, fantoches . Basicamente matéria para diversificar o conto das histórias.
RESPONDENTE 6	Saci, Iara, curupira, mula sem cabeça.	Não trabalho com meus alunos de 3 anos, repondi a anterior baseada no trabalho das minhas colegas.	Com o tema Folclore Brasileiro, trabalhamos: trava línguas, brincadeiras e músicas.	Aula de música, figuras para melhor entendimento dos trava línguas, foi feito um mural com as brincadeiras do Folclore também.

	As lendas mais frequentemente trabalhadas em sala de aula são:	O que levou você a trabalhar com as lendas mencionadas no item anterior?	Em relação ao conteúdo Folclore Brasileiro são desenvolvidas atividades como:	Para trabalhar com Folclore Brasileiro utilizei recursos como:
RESPONDENTE 7	Ira, saci, boto.	São as lendas mais conhecidas.	Brincadeiras, pintura, dança, música, contação de histórias.	Livros, aparelho de som, desenhos para pintar.
RESPONDENTE 8	Saci perere, iara, boto cor de rosa, curupira, boitata.	Lendas mais populares.	Leitura e dramatização de lendas, pintura, musicalização, danças.	Teatro, som, tintas.
RESPONDENTE 9	Saci Pererê, Iara, Curupira	São as lendas mais popularmente conhecidas.	Cantigas de roda, contação de histórias, desenhos e pinturas, brincadeiras no pátio, etc.	Papéis, canetinhas, fotocópias, música, livros de tintas, histórias, etc.

	As lendas mais frequentemente trabalhadas em sala de aula são:	O que levou você a trabalhar com as lendas mencionadas no item anterior?	Em relação ao conteúdo Folclore Brasileiro são desenvolvidas atividades como:	Para trabalhar com Folclore Brasileiro utilizei recursos como:
RESPONDENTE 10	lara, saci, curupira.	São as lendas mais conhecidas.	Pinturas, desenhos, músicas, contar historinhas.	Livros paradidáticos, desenhos para colorir, sucata, materiais de arte.
RESPONDENTE 11	Saci Pererê, lara, Boitatá, Curupira, Cuca.	São as lendas mais populares inclusive nos livros paradidáticos.	Contação de histórias, dramatização, desenhos e pinturas, festa à fantasia, cantigas de roda e parlendas, jogos de adivinha.	Livros de historinhas, livros paradidáticos, aparelho de som, papel, materiais de arte e pintura, roupas confeccionadas com TNT, etc.

	No trabalho com as lendas do Folclore Brasileiro percebo que as crianças reagem...	No trabalho com Folclore Brasileiro encontrei alguns obstáculos como:	Na minha opinião, trabalhar com lendas do Folclore Brasileiro na Educação Infantil ...	Se eu tivesse que definir o que são lendas do Folclore Brasileiro para um extraterrestre, eu diria que...
RESPONDENTE 1	Com entusiasmo e curiosidade pelas histórias	Os finais dramáticos das histórias	É possibilitar que as crianças conheçam mais das lendas brasileiras.	São histórias inventadas por pessoas e passadas de geração em geração
RESPONDENTE 2	As crianças amam ouvir as lendas e conhecer mais sobre os personagens do folclore brasileiro, porém, mexe muito com a imaginação, gerando medo em algumas crianças.	Não encontrei obstáculos.	A cada ano que passa, tento aprofundar mais no tema. É de grande riqueza, pois podemos trabalhar com a interdisciplinaridade, e é um tema de interesse das crianças, gerando aprendizado muito significativo.	São histórias contadas e repassadas de geração em geração para representar algum fato vivenciado, ou explicar aquilo que ninguém nunca encontrou explicação.
RESPONDENTE 3	muito receptivamente	Pouco se inova na abordagem e realização das atividades	Mantêm a cultura e história brasileira viva.	São as manifestações de cultura passadas através de gerações e gerações

	No trabalho com as lendas do Folclore Brasileiro percebo que as crianças reagem...	No trabalho com Folclore Brasileiro encontrei alguns obstáculos como:	Na minha opinião, trabalhar com lendas do Folclore Brasileiro na Educação Infantil ...	Se eu tivesse que definir o que são lendas do Folclore Brasileiro para um extraterrestre, eu diria que...
RESPONDENTE 4	Bem. Gostam de ouvir as histórias.	Há família que não gostam que falemos porque são Cristãs, e acham que falar sobre as lendas pode influenciar as crianças deles negativamente.	É necessário para que as crianças não fiquem sem esse conhecimento. Todos precisam conhecer a cultura do próprio país.	São histórias sobre seres num estilo de fábula (porque cada mágicos, um carrega um valor, característico de nosso país, uma moral), sempre relacionado costumes e à nossa natureza. aos nossos
RESPONDENTE 5	Com medo.	"Melhorar" os personagens, que em geral são ruins, tentando diminuir o terror que existe nas lendas.	Não acredito que seja necessário trabalhar com as lendas para todas as idades, pode-se, na minha opinião, deixar a lenda em si para o primeiro ano, trabalhando outros pontos do Folclore Brasileiro, como brincadeiras, parlendas.	Lendas do Folclore Brasileiro, são histórias, que surgiram do imaginar popular e se tornaram conhecidas por muitos, tornando assim uma parte da cultura Brasileira.
RESPONDENTE 6	Com medo.	Não me recordo de nenhum.	Acho que a lenda precisa ser trabalhada com cuidado, uma vez que as histórias podem ser um pouco pesadas para determinada idade.	São histórias, que surgiram do imaginar popular, passaram a ser do conhecimento de muitos e tornaram se parte da cultura brasileira.

	No trabalho com as lendas do Folclore Brasileiro percebo que as crianças reagem...	No trabalho com Folclore Brasileiro encontrei alguns obstáculos como:	Na minha opinião, trabalhar com lendas do Folclore Brasileiro na Educação Infantil ...	Se eu tivesse que definir o que são lendas do Folclore Brasileiro para um extraterrestre, eu diria que...
RESPONDENTE 7	Com um pouco de medo dos personagens das lendas mas no geral gostam.	Não encontrei obstáculos.	É muito importante pois evoca as manifestações culturais de diversas regiões do país.	São manifestações culturais passadas de geração em geração e que contam histórias.
RESPONDENTE 8	Com grande receptividade, gostam muito!	Não encontrei obstáculos.	É muito importante para o desenvolvimento das crianças.	São histórias contadas e passadas de geração em geração que transmitem valores e culturas.
RESPONDENTE 9	As crianças, de modo geral, aceitam bem a temática proposta. A reação é positiva.	Não encontrei obstáculo algum.	é muito importante, uma vez que é um conhecimento popular que deve ser difundido à todos.	É a representação da identidade social de uma comunidade, um povo através de suas criações culturais que são transmitidas por gerações.

	No trabalho com as lendas do Folclore Brasileiro percebo que as crianças reagem...	No trabalho com Folclore Brasileiro encontrei alguns obstáculos como:	Na minha opinião, trabalhar com lendas do Folclore Brasileiro na Educação Infantil ...	Se eu tivesse que definir o que são lendas do Folclore Brasileiro para um extraterrestre, eu diria que...
RESPONDENTE 10	Bem.	Não.	É importante porque situa a criança no seu contexto socio- cultural	São histórias que atravessaram gerações e gerações que nos contam sobre um povo e sua cultura.
RESPONDENTE 11	Percebo que as crianças reagem, em geral, de maneira positiva. Participam das atividades propostas e interagem ativamente frente aos personagens.	Não pude verificar nenhum obstáculo.	É muitíssimo importante. Em particular, gosto da abordagem que é dada ao Folclore na instituição de ensino em que trabalho. A cultura brasileira é incentivada inclusive em celebrações estrangeiras, como é o exemplo da festa do dia das bruxas nos países de língua Inglesa, o Halloween.	São histórias que, por sua essência, são a identidade de um povo de uma determinada região. Contam e recontam suas memórias, tradições e saberes através de gerações.